Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 17 Nº 35, Jul - Dez de 2025
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Pautando a memória nacional: o jornal Folha de São Paulo na cobertura dos 50 anos do golpe de 1964 no Brasil

Guiding national memory: the Folha de São Paulo newspaper covering the 50th anniversary of the 1964 coup in Brazil

Débora El-Jaick Andrade*

Resumo: Na semana do dia 23 de março a 1º de abril de 2014 o jornal Folha de São Paulo, pertencente ao Grupo empresarial Folha da Manhã, jornal de maior circulação do país, noticiou os 50 anos do golpe civil militar que derrubou o ex-presidente João Goulart em 1964. Os editores da Folha de São Paulo pautaram uma cobertura especial que se propunha pluralista: uma série de reportagens, debates, entrevistas, depoimentos pessoais, opinião de articulistas e colunistas do jornal, charges, quadrinhos, sites multimídia e uma pesquisa de opinião. O jornal que colaborou ativamente com a ditadura, mas consagrou-se como o "jornal das Diretas", relativizou o golpe e a ditadura civil militar de 1964 também na cobertura dos 50 anos do golpe de 64, afirmando a ideia de polarização e de que os dois lados eram antidemocráticos. A partir de referências teóricas como Antônio Gramsci e Noam Chomsky, analisamos o editorial e um conjunto de artigos e entrevistas escolhidos na ocasião dos 50 anos do golpe de 1964 que fortaleciam uma perspectiva revisionista, elaborando uma memória sobre o acontecimento passado, sugerindo comparações com o presente, em um momento em que a oposição procurava desgastar o governo de Dilma Rousseff, que tentaria sua reeleição em outubro daquele ano.
Palavras-chave: Folha de São Paulo, Golpe civil militar de 1964, revisionismo.

Abstract: In the week of March 23 to April 1, 2014, the newspaper Folha de São Paulo, from the Folha da Manhã business group, reported the 50th anniversary of the civil-military coup that overthrew former president João Goulart in 1964. Folha's editors planned a special news coverage considered pluralistic: a series of reports,

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2008). É Professora Associada da área de Teoria e Metodologia da História na Universidade Federal Fluminense -RJ (UFF), desde 2010. Tem experiência na área de História Contemporânea e Brasil Império, com ênfase em Teoria da História, Metodologia e Historiografia. É coordenadora do Laboratório de História Política e Cultura (UFF) e membro do Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades (UFRRJ). É professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em História Comparada (UFRJ).

debates, interviews, personal testimonies, opinions from the newspaper's writers and columnists, cartoons, comics, multimedia sites and an opinion poll, which proposed pluralism. The newspaper collaborated with the dictatorship, but distinguished itself as the "Jornal das Diretas", relativized the coup and the military and civil dictatorship of 1964 also in the coverage of the 50th anniversary. It produced an idea of polarization and that both sides were antidemocratic. Based on the theoretical references such as Antônio Gramsci and Noam Chomsky, we analyse the editorial and a set of articles and interviews chosen on the occasion of the 50th anniversary of the 1964 coup, which strengthened a revisionist perspective, creating a memory of the past event, establishing a comparaison with the present amidst the political and electoral dispute that was taking place in that year of 2014.
Keywords: Folha de São Paulo, Civil military coup of 1964, revisionism.

Pautando a memória nacional: o jornal Folha de São Paulo na cobertura dos 50 anos do golpe de 1964 no Brasil

No ano eleitoral de 2014, o jornal *Folha de São Paulo* do Grupo Folha da Manhã, gerenciado desde 1960 pela família Frias, veiculou uma série de conteúdos jornalísticos em suas páginas entre os dias 23 de março e 1º de abril. Na semana que antecedeu os 50 anos do golpe de 1964, elaborou uma pauta sobre o golpe que derrubou João Goulart e instaurou a ditadura civil militar que dividiu espaço com outros assuntos: denúncias de corrupção na Petrobrás no governo de Dilma Rousseff, tentativa da oposição instalar uma CPI da Petrobrás, redução da nota de crédito do Brasil pela Standarts & Poors, novidades sobre as eleições presidenciais daquele ano, aprovação de um marco civil da internet, reportagens sobre Nicolás Maduro e a crise aberta com a ameaça de golpe na Venezuela, assim como a cobertura internacional sobre a invasão da Rússia à Ucrânia e a anexação da Criméia. Foram 10 edições que traziam reportagens, uma cronologia da ditadura, desde o golpe à redemocratização, divulgação de debates e mesas redondas patrocinados pela *Folha*, editoriais e textos de articulistas e colunistas do jornal, depoimentos pessoais, charges, quadrinhos, sites multimídia, entrevistas de ex-guerrilheiros, de políticos e de oficiais partícipes da ditadura, bem como pesquisas de opinião que mensuravam, entre outras coisas, o apoio à democracia, realizadas pelo Instituto Datafolha.

Propomo-nos a analisar nesta cobertura editoriais, artigos de opinião dos colunistas e articulistas, ao lado das entrevistas e de depoimentos ao longo daquela semana, com o objetivo de identificar as decisões editoriais realizadas pelo grupo empresarial Folha. Não incluímos as charges que enfatizaram o aspecto repressivo da ditadura - a tortura no regime autoritário – e não privilegiamos o encarte especial com conteúdo multimídia dedicado ao tema como alguns dos trabalhos que foram publicados nos últimos anos[1]. Partimos da hipótese de que os editoriais, textos opinativos, depoimentos e entrevistas pautados pela *Folha* culminam na elaboração de uma memória sobre 1964 mais efetivamente ideológica e programática e não puramente orientada por interesses comerciais. Nossa hipótese de investigação é que, a partir desta pauta, os diretores e colunistas selecionam o que lembrar e o que esquecer sobre o período e reconstroem o papel do principal periódico do grupo Folha, em função daquele período pré-eleitoral, em que o veículo de comunicação se alinhava com a oposição ao governo Dilma Rousseff.

A mídia na construção de memória dos acontecimentos contemporâneos

Sabe-se que a mídia, em particular a imprensa, tem um importante papel no jogo dialético de lembrança e esquecimento, enquanto narrativa produtora de sentidos sobre episódios traumáticos ou controversos. Por isso, assim como grupos sociais subalternos se apropriam de datas comemorativas e efemérides para enaltecer

[1] Nos reportamos a dissertações, teses e artigos publicados nestes últimos anos dedicados a analisar o Caderno especial multimídia, o revisionismo e a disputa de memórias na cobertura do aniversário do Golpe de 1964 no ano de 2014. Citamos aqui a dissertação de mestrado de Carolina Souza Macedo. "Tudo sobre a Ditadura Militar", a ditadura militar: memória e esquecimento no jornal Folha de S. Paulo. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado,2018, e, principalmente, a tese de Allysson Viana Martins. *Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964: midiatização do passado em especiais do jornalismo digital*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, assim como seu artigo *Folha de S. Paulo e os 50 anos do golpe de 1964: guerras de memórias no especial multimídia*. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. 206-226, dez. 2018/ mar. 2019. Também são relevantes para a discussão a dissertação e artigos de André Bonsanto Dias sobre a construção da memória da Folha de São Paulo sobre si e sobre 1964 que não examinaram o noticiário da Folha em 2014: *O presente da memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda' "64- Brasil continua":* Dissertação de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012, e "Um Jornal a Serviço de Si: tradições (re)inventadas nos 100 anos da Folha de São Paulo". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 19, n. 2., 2022. Nosso objetivo também é abordar a forma como a memória de 1964 é construída, porém dando ênfase ao editorial, artigos e entrevistas e examinando sua relação com os demais assuntos do noticiário e com a agenda eleitoral da Folha no ano eleitoral de 2014.

ou recolocar no debate público conflitos ou aspectos mal resolvidos do passado, como a Abolição de 1988, a Anistia de 1979, e o golpe de 1964 e o AI-5, a imprensa também pauta os acontecimentos, geralmente pelo prisma da narrativa oficial hegemônica. As efemérides, historicamente, têm caráter oficialista, cívico e pedagógico, embora possam se relacionar ao que Walter Benjamin chamava "escovar a história à contrapelo", através da rememoração enquanto ato político e crítico. Neste caso o evento rememorado é, assim, fragmento, vestígio e combustível das lutas e resistência dos oprimidos na atualidade.

Envolto em ineditismos, relacionado a traumas contemporâneos ou a recomeços, o evento é delimitado temporalmente, submetido à cronologia natural, à sequência temporal do "antes" e "depois" (KOSELLECK, 2006, 145) e, sendo assim, se adéqua melhor à narratividade das lembranças biográficas, em uma época em que o testemunho parece ganhar enorme impacto. Tanto os silêncios originados de experiências traumáticas, quanto os exageros em comemorações de datas históricas, rememorações individuais ou dever de memória, segundo Paul Ricoeur, podem ser utilizados para fins ideológicos. Ricoeur assinala o papel mediador da narrativa e seu caráter seletivo que tornam possíveis os usos e abusos do esquecimento:

> "[...] a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece ... pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela". (RICOEUR, 2007,455).

Na modernidade, a mídia é uma das mais importantes instâncias produtoras de memória e de narrativas; em grande parte depende-se dela para reconstituir aspectos do passado no cotidiano. Pierre Nora refletiu sobre o contexto do desaparecimento da memória vivida como atualidade (NORA, 1993,7-14) no qual as mídias, que se tornaram nossos primeiros suportes de memória, nos recordam como somos, como éramos; igualmente desnorteiam (NORA, 1993,181-184), com o excesso de informações e fatos banais que fazem chegar até nós. Na era do *mass media,* estes meios não são apenas suportes de difusão, mas, ao informar sobre o acontecimento, o constituem enquanto tal. (NORA, 1993, 260) Como afirma John B.Thompson, a mídia é mediadora das experiências sociais, dá visibilidade e torna públicos eventos, manifestações de massa, encontros públicos e debates (THOMPSON, 2002, 115),

assim como influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que as pessoas não podem experimentar ou recordar por si próprias.

Sobre esta qualidade midiática de constituição de acontecimentos, o linguista Noam Chomsky dedicou-se a realizar a crítica de uma mídia, notadamente norte-americana, que, desde há muito tempo, investe na formação da opinião pública através de propaganda para fins políticos. Com o propósito de fabricar o consenso do público em torno de guerras externas, a mídia produz inimigos, inventa acontecimentos ou os encobre, conforme as diretrizes da política exterior do governo do momento, produzindo adesão ou repulsa. Seus estudos demonstraram que a mídia não é objetiva e seus discursos não são desinteressados como muitas vezes propalam seus proprietários e seus funcionários mais fiéis. Chomsky e Herman em *Manufacturing Consent* (1988), apresentam o modelo de propaganda e os "filtros da notícia", que compreendem, tanto a concentração de propriedades, a fortuna dos proprietários e a orientação para o lucro de empresas que dominam a mídia de massa, quanto a dependência da publicidade como principal fonte de recursos, assim como de informações, licença e franquias governamentais. Já no início dos anos 1980, demonstravam que muitas dentre as grandes empresas de mídia tinham seus principais acionistas e diretores de jornais, televisão e rádio como proprietários de bancos. Segundo os autores, o anticomunismo aparece como um instrumento para mobilizar a opinião pública contra qualquer um que defenda políticas que ameassem seus interesses, o que se expressa na forma como a pauta dos grandes meios de comunicação é determinada.

A pauta, mesmo quando parece ser crítica aos dirigentes não o é, uma vez que informações contrárias a seus interesses fundamentais são filtradas das notícias, com a cobertura apresentada de forma dicotômica e altamente política, recorrendo à "especialistas" que ecoam a visão oficial (HERMANN, CHOMSKY,2003, 61-93). Como constata Chomsky, os jornalistas fazem parte da classe especializada que assimila e expressa convicções e valores da democracia liberal, que foram concebidos por intelectuais norte-americanos. Segundo esta concepção de democracia, os elementos das classes proprietárias são "responsáveis" e "detentores de racionalidade", as funções de executar, tomar decisões, conduzir, enquanto a massa de espectadores, desorientada, não pode julgar por si própria, mas, ao contrário, deveria ser conduzida. (CHOMSKY, 2003,15-16)

A obra de Chomsky nos ajuda a pensar em como a *Folha de São Paulo* logrou produzir o consenso em torno do debate político interno naquele momento, afirmando sua concepção de democracia liberal, revisitando, para tanto, a efeméride dos 50 anos de golpe de 1964, em finais de março de 2014. Por outro lado, pode dialogar com as reflexões teóricas de Antônio Gramsci sobre a relação entre jornalismo e a hegemonia, encontradas de forma esparsa e incipiente ao longo da obra do marxista sardo, em especial nos Cadernos 3, 14, 17 e 24. Para Gramsci, o jornalismo integral se constitui como aparelho privado de hegemonia na medida em que procura intervir no plano político-cultural para organizar e disseminar informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de mundo.(MORAES, 2010, 66) Entretanto, os órgãos de opinião pública – jornais e associações – estão estreitamente ligados à hegemonia política, pois a opinião pública é o ponto de contato entre sociedade civil e sociedade política, entre o consenso e a força.(GRAMSCI, 2001, 265) Assim como Chomsky, Gramsci compreendeu que os veículos de imprensa eram como organismos político-financeiros e criticou o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder, bem como as fórmulas verticalizadas de controle do noticiário e da opinião.[2] Deste modo, um dos objetivos da pesquisa é mostrar como o jornal disputa o monopólio da opinião pública para unificar as classes dominantes em torno de princípios supostamente democráticos e liberais, na linha que Chomsky os caracterizou, visando o retorno à presidência de uma fração paulista e neoliberal da classe dirigente em 2014, em consonância com sua agenda econômica.

A *Folha de São Paulo* apresenta-se, em sua publicidade, como um jornal independente, aberto a diversos pontos de vista, discurso que constituiu sua identidade nos últimos 40 anos. No entanto, sua trajetória de empresa capitalista com interesses corporativos e ideológicos, demonstra como ela conquistou sua posição de liderança no campo empresarial. Reconstituiremos esta trajetória e, em seguida, considerando a característica polifônica do diário, perceberemos quais foram as vozes autorizadas pela *Folha de São Paulo* na cobertura dos 50 anos da ruptura

[2]No artigo *Os jornais e os operários*, no jornal Avanti em 22 de dezembro 1916, Gramsci recomenda aos operários recusarem os jornais burgueses, mantidos por capitais privados, visto que privilegiam as verdades de partidos, políticos e classes dominantes. Para ele, os operários precisam lembrar sempre que "o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por interesses que estão em contraste com os seus". (MORAES, 2010, 63)

democrática, e qual narrativa se sobressaiu na releitura dos eventos de 1964 a 1985, pautada pelas disputas eleitorais e políticas do ano de 2014.

O Jornal *Folha de São Paulo* - um próspero empreendimento capitalista

Fundada em 1921, a *Folha de São Paulo* passou por quatro proprietários até ser adquirida em 1962 pelo negociante Octavio Frias de Oliveira, que atuava no serviço público e nos ramos financeiro e imobiliário, em sociedade com Carlos Caldeira Filho. A partir da nova gerência, a *Folha* adquire uma característica distintiva de empreendimento capitalista, com investimentos diversificados, de modo que o patriarca da família Frias se declarava *Publisher,* pois se considerava mais comerciante do que jornalista. Frias e Caldeira adquiriram várias empresas jornalísticas existentes, os jornais *Notícias Populares*, *Folha da Tarde*, *Cidade de Santos*, *Última hora* (1965-1978) e a *Fundação Casper Líbero* (1968-1978)[3]. Juntos promoveram a modernização gráfica do periódico cotidiano e adquiriram uma frota de carros próprios para a distribuição de exemplares das *Folhas* nas cidades do interior. (PIRES, 2008, p.17).

A partir de 1986 se tornou o maior jornal do país em circulação, superando o *Estado de São Paulo*. Dez anos depois, alcançou tiragens recordes de 1,5 milhão de exemplares com a supremacia nos classificados. A conquista foi obtida com uma política agressiva de promoções que incluiu a distribuição de brindes e fascículos acompanhando um crescimento da circulação de jornais impressos entre 1990 e 2000. No entanto, esta tendência reverteu-se a partir dos anos 2000. A crise se abateu sobre os jornais impressos, causada, segundo Brito e Pedreira (2009), pelo endividamento em dólar, após grandes investimentos em operações de TV por assinatura, internet e telefonia, e a subsequente queda de circulação e das receitas publicitárias. Neste contexto, o Grupo Folha logrou contornar o decréscimo das vendas, apostando no sucesso do conteúdo on line - o Folha Web em 1995 e o portal UOL (Universo *on line*) em 1996 - saindo à frente dos demais jornais. Como

[3] Recente pesquisa sobre a cooperação do Grupo *Folha* com a ditadura civil-militar (1964-1985) com o objetivo de tornar públicas as articulações e cumplicidade da empresa junto aos órgãos de repressão, relaciona este crescimento com a proximidade da *Folha* com o governo militar, com empréstimos facilitados da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES, bem como da USAID, agência do governo estadunidense. Ver a obra RIBEIRO, Ana Paula G. et al. A serviço da repressão, o grupo folha e violação de direitos humanos na ditadura. Rio de Janeiro, Editoria Mórula, 2024.

resultado, em 2011, os números de uma pesquisa realizada pelo jornal revelaram que 6 milhões de brasileiros liam a edição em papel da *Folha de São Paulo* com alguma regularidade, enquanto outros 9 milhões apontaram a Folha.com numa lista de sites que acessavam e consultavam com frequência.[4]

A família Frias é detentora de jornais impressos e digitais, portais de internet, agências de pesquisa, com enorme influência sobre a opinião pública. Um relatório do monitoramento da propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor)[5] de 2017 que mediu a concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, apontava que estava entre as cinco famílias que controlavam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência.[6] O Grupo *Folha* também é receptor de milhões em verbas publicitárias federais das empresas estatais – em 2014 seu faturamento foi de 11 milhões e 850 mil reais de verbas publicitárias estatais. (RODRIGUES, 2015)[7] Ainda assim, cada vez mais os seus lucros tornaram-se provenientes do mercado financeiro, por meio do Pagseguro.[8]

Em 2014, a *Folha de São Paulo* era, segundo a Associação Nacional dos Jornais, o jornal de maior circulação do Brasil, com média diária 351.745 leitores, seguido de *O Globo* (com 333.860)[9] e o maior site de jornal, com 298,8 milhões de pageviews e 28,3 milhões de *unique visitors* e aquele com maior número de seguidores no Facebook[10]. Apesar disto, em 2014, em meio a uma grave crise de anunciantes, a *Folha de São Paulo* angariou apenas 2,1 milhões em verbas de publicidade estatais, ficando atrás dos jornais concorrentes *Estado de São Paulo* e *O*

---

4 "Leitor da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa". Painel do Leitor. São Paulo, 16/10/2011.Disponível em https://m.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificad
o-mostra-pesquisa.shtml

5 O relatório foi financiado pelo Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, realizado em conjunto com a ONG brasileira Intervozes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) Disponível em https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam

6 Os grupos, Globo, Bandeirantes, Record, RBS e Folha são "barões da mídia", alguns dos quais estão no topo da lista dos que mais recebem verbas publicitárias.

7 Estes dados públicos foram levantados pelo Instituto para Acompanhamento da Publicidade, fornecidos ao portal Uol pela Secretaria de Comunicação Oficial da Presidência da República e reproduzidos no blog de Fernando Rodrigues em 29/06/2015.

8 Instituição bancária e meio de pagamento, adquirido pelo UOL em 2007.

9 Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. Associação Nacional dos jornais. Disponível em http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/ Acesso em 1/07/2017.

10 Folha divulga sua opinião sobre polêmicas. Disponível em http://propmark.com.br/midia/circulacao-da-folha-cresce-18 Acesso em 1/07/2017.

Globo, mas faturou 14,7 milhões com verbas publicitárias para o maior portal do país, o UOL[11].

Sendo assim, participar do jogo eleitoral era um modo de garantir que seus aliados estivessem sempre na direção dos negócios do país, favorecendo-a na repartição de verbas publicitárias. Mas isto não é tudo. Desde sua criação, seus proprietários demonstraram a vocação para exercer a liderança no meio empresarial e político, o que extrapola interesses corporativos e imediatos. Notável é que, apesar de seus vínculos corporativos e políticos na sociedade política, a *Folha de São Paulo* ostenta a reputação de apartidária, paradigma de um jornalismo crítico, cultivadora do pluralismo liberal, tanto que políticos e expoentes da sociedade civil escrevem para o periódico, as opiniões de seus colunistas são consideradas nas tomadas de posição dos partidos, suas reportagens são citadas no congresso e nos tribunais. Esta reputação foi o resultado de uma bem-sucedida campanha de reconstrução identitária a partir dos anos de 1980, que incluiu peças de publicidade premiadas e a contratação de jornalistas e colunistas, muitos dos quais, associados com à oposição à ditadura.

O percurso da Folha de São Paulo: de "porta voz da ditadura" a "Jornal das Diretas"

A história deste próspero empreendimento é atravessada por uma relação estabelecida com governos e partidos, tanto quanto com associações patronais. Não dispensou nem mesmo o apoio ao regime de exceção, quando as linhas gerais de seus projetos se coadunavam com a posição da família Frias e de seu grupo de comunicações. Por isto veremos que a defesa editorial e a cobertura dos 50 anos do golpe de 1964 que estabeleceu a ditadura civil-militar-empresarial no Brasil, revela a ambiguidade do papel da imprensa e a cumplicidade na conservação da ordem capitalista, que permite refletir sobre a produção da memória social pela mídia.

Antes mesmo do golpe de 1º de abril de 1964, o jornal apoia a campanha pela a saída de João Goulart, estampando a fotografia e a manchete na primeira página "São Paulo parou ontem para defender o regime" (20/03/1964), exaltando a Marcha da

[11] Carta Capital (2015) Publicidade federal: Globo recebeu R$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma. Carta Capital. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html Acesso em 1/12/2023.

Família com Deus, pela Liberdade: "A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32...".[12] No texto da notícia associavam as manifestações contra o presidente com a insurreição paulista contra Vargas na chamada revolução constitucionalista, episódio considerado motivo de orgulho para os paulistas. Dois anos após a derrubada do presidente João Goulart, a *Folha* mascarava a ruptura institucional, reproduzindo na manchete da primeira página a afirmação do ditador Castelo Branco "No Brasil não há ditadura"[13] (23/05/66).

A partir do aprofundamento da ditadura, a direção da *Folha da Manhã* optou pela autocensura. Como observou Ciro Marcondes, enquanto outros jornais como o *Estado de São Paulo* apareciam com poesias, receitas de bolo e tarjas pretas a *Folha* não fazia nada para protestar contra a censura. Ao contrário, recebia instruções diretamente do Departamento de Polícia Federal. A Agência Folha fazia a filtragem das notícias que teriam sido aprovadas pela censura e seriam repassadas aos diários. A *Folha de São Paulo* também publicou editoriais elogiosos ao governo de Emílio Garrastazu Médici, e a *Folha da Tarde*, que chegou a ser espaço de atuação de intelectuais arrojados como Frei Beto, após o AI-5, tornou-se porta voz da ditadura, tendo como editor-chefe Antonio Aggio Júnior, convidado por Frias, por ser um jornalista próximo dos militares.(SEQUEIRA, Proença, 2004) A *Folha da Tarde* passava a legitimar os atos dos agentes da repressão: policiais atuavam como jornalistas e cobriam a prisão e morte de militantes que eram chamados "terroristas" e "assassinos", o que também alavancava as vendas do vespertino. Em janeiro de 1974, mesmo ano em que Claudio Abramo era afastado da direção de redação, Frias reuniu-se com Golbery do Couto e Silva, principal teórico da ditadura e chefe da Casa Civil do presidente Ernesto Geisel, que compartilhou com o *publisher* os planos para a distensão e a proposta de tornar a *Folha* em "um jornal forte em São Paulo".[14]

A Folha nunca admitiria que a direção da empresa cedeu caminhonetes do jornal à disposição da Operação Bandeirantes nos anos 1970, o que foi relatado por ex-presos políticos. Não obstante, no livro *Trajetória de Octavio Frias de Oliveira* de

[12] Folha de São Paulo, São Paulo, 20/03/1964.
[13] Folha de São Paulo, São Paulo, 23/05/1966.
[14] Magalhães, Mario. Militares ameaçam suspender circulação. 80 anos. Folha de S. Paulo. https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtlm .

Engel Paschoal esta versão é confirmada por Otavio Frias Filho, para quem o pai não sabia do empréstimo. Na tese de Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda,* são registrados relatos de militantes presos e ex-jornalistas da *Folha* acerca desta participação. Frias e Caldeira também empregavam policiais do DOPS como repórteres e redatores ou prestadores de serviços de segurança à empresa.[15] Em um depoimento de um agente do Departamento Especializado de Ordem Política e Social (Deops), consta que a segurança da *Folha* à esta época era feita por 2 delegados deste departamento, Eduardo e Roberto Quass. (GODOY, 2014, 139). Frias pediria a proteção dos irmãos Quass após a Ação Libertadora Nacional (ALN) ter incendiado as caminhonetes da *Folha* em setembro e outubro de 1971, como retaliação pelo empréstimo dos veículos para transporte de presos políticos.

Com o intuito de se desvencilhar de um passado de colaboração e autocensura com o regime autoritário de 1964, o Grupo construiu uma memória positiva sobre si no início da década de 1980. Segundo o relato de André Singer e de Oscar Pilagallo, Otávio Frias Filho capitaneou esta inflexão da *Folha* porque esteve ligado ao movimento estudantil, participava de assembleias e passeatas e propôs em reunião com o pai e Boris Casoy, diretor responsável, que encampasse a campanha pelas Diretas (PILAGALLO, 2023). Assim, o periódico associou-se à campanha pelas Diretas já!, tendo sido chamada de "Jornal das Diretas". Na leitura de Ciro Marcondes, a *Folha* ocupou um espaço jornalístico antes preenchido pela imprensa alternativa. Mas enquanto os jornalistas publicavam nas suas páginas artigos favoráveis à mobilização popular, a posição editorial era contrária a radicalismos e a favor da ordem. (MARCONDES, 2003, 67)

Marcondes acredita que, por não ter uma identidade política definida naquela etapa, como o conservador *Estado de São Paulo*, a *Folha* se associou a este movimento, enquanto os outros jornais perdiam credibilidade perante a opinião pública. (MARCONDES, 2003, 71) O autor a vê naquele momento como "organizadora em nível macrossocial e de divulgação do processo [que foi] dividido pelo comitê Suprapartidário" (MARCONDES, 2003,70), capaz, segundo André Singer, de conclamar o governador de São Paulo, Franco Montoro, a aderir às

[15] Entre eles estavam dois delegados do Departamento Especializado de Ordem Política e Social (DEOPS), os irmãos Robert e Edward Quass, além do nome mais forte da repressão política no país, o delegado Sérgio Fleury.

manifestações de massas. (SINGER, 2003, 59) Assim, de forma absolutamente oportunista, a *Folha de São Paulo* ingressava nos novos tempos, com um passado reelaborado à luz dos acontecimentos do presente, adaptado aos novos ares democráticos.

Novos ares democráticos: pluralismo e produção do consenso

Nos anos 1980, Frias de Oliveira deu continuidade aos esforços por transformar o veículo de mídia em protagonista no cenário político nacional. Em 1978 foi criado o conselho editorial, que é "um colegiado com funções consultivas, cujos integrantes são jornalistas e não jornalistas", para criticar o jornal, trazer novas ideias e discutir tendências. O Projeto *Folha,* delineado a partir de 1981 por Frias Filho e pelo jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva, redefinia os princípios editoriais da *Folha*, objetivando a profissionalização dos jornalistas, a padronização da linguagem, focando mais na técnica do que no conteúdo.[16] Lins e Silva que foi responsável pelas 22 edições dos Manuais de redação desde 1984, afirmava que as primeiras edições se destinavam principalmente aos profissionais. (LINS E SILVA, 2001) Destinavam-se a padronização de condutas dentro das redações, trazia verbetes e diretrizes, mas incluíam também crítica interna, controle de erros, avaliação profissional e metas. Prescreviam por exemplo o "Apartidarismo" e o "Distanciamento" como diretrizes. Na época, suas diretrizes e padronização foram consideradas como uma "camisa de força" por parte da equipe de repórteres, redatores e editores, um terço dos quais, seis meses após sua implementação, subscreveu a um abaixo-assinado que criticava o projeto e o Manual. Porém, conforme Albuquerque e Holzbach, analisando as três primeiras edições do Manual, havia uma afirmação sobre qual papel de mediador (entre os cidadãos comuns e as instituições políticas) que o jornalismo deveria desempenhar numa sociedade democrática. (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008, 151).

Ao lado disto, o grupo empresarial apostou em campanhas publicitárias premiadas, como a que repetia que a *Folha* "não tem rabo preso com ninguém" (...)

[16] Elaboram o documento do conselho editorial chamado "A Folha e Alguns Passos que é preciso dar" em que se mostrava a preocupação em sistematizar um projeto para o jornal. Em 1982 houve o documento "A Folha em Busca do Apartidarismo Reflexo do Profissionalismo!" que exigia uma crescente profissionalização dos jornalistas, menos preocupação com conteúdo, mais com a técnica e com a organização. Em 1984 elaboraram o histórico documento "A Folha Depois das Diretas Já" em que se exigia dos jornalistas intransigência técnica (Frias Filho, O. Um País Aberto, 2003 p.24)

"Folha, de rabo preso com o leitor".[17] Enquanto propalava a isenção de seu jornalismo, construiu a reputação de jornal independente de governos, atualizado e sintonizado com os movimentos sociais e de vanguarda, reivindicando o pluralismo através das colunas de "Opinião", "Tendências e debates". Esta última foi criada em 22 de junho de 1976 para abrigar textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar que reportavam as violações ocorridas.[18] Mais tarde o espaço passou a receber contribuições e expor interesses em conflito[19]: duas visões diferentes de um mesmo tema cujos argumentos são desenvolvidos na página A3. O "Painel do leitor"[20], assim como o estabelecimento da figura do Ombusdman – um jornalista escolhido pela empresa para mediar a relação entre leitores "reclamantes" e a redação[21], permitiriam a interatividade com os produtores das notícias.

A ideia era fazer da *Folha* um espaço aberto, orientado pelo princípio do pluralismo[22], para várias vozes qualificadas dialogarem - uma esfera pública no sentido habermesiano, de crítica e do debate racional de ideias, de crivo ou crítica aos rumos da sociedade e instituições, que possibilitaria esclarecer o público. (ANDRADE, 2022, 11) Com este intuito, a *Folha* acolheu uma lista heterogênea de articulistas, convidados pelos editores a publicar artigos de opinião assinados: acadêmicos, jornalistas, políticos e economistas, empresários, advogados; e de colunistas, com colunas regulares em dias fixos, de posicionamento à direita e à esquerda do espectro político. O espaço abrigaria vários pontos de vista distintos. Os colunistas eram convidados pelos editores, alegadamente pela qualidade de seu texto ou por possuir afinidade com a proposta editorial do jornal.

Não obstante, o processo decisório nas redações não é horizontal, mas vertical. O jornal é um complexo, com vários departamentos, estruturado a partir do tripé: redação, circulação e publicidade. (TRAVANCAS, 2011, 22) A redação é composta por

[17] CHAIM, Célia. Hitler os ratinhos e os leões. Tudo sobre a Folha- 80 anos. Folha de São Paulo. São Paulo, s/d. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/campanhas_publicitarias.shtml
[18] História da Folha. *Década de 70*-Folha dá voz a intelectuais e políticos perseguidos em Tendências/ Debates' Círculo Folha. https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_70.htm.
[19] Lima, F. Explicando o Tendências / Debates. Notícias. Associação Nacional dos Jornais. set 16, 2019. https://www.anj.org.br/explicando-o-tendencias-debates/ .
[20] As cartas enviadas para o painel do leitor são escolhidas pela direção do jornal e quase sempre representativas de posicionamentos extremos.
[21] "Folha inova e cria o ombudsman". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de setembro de 1989. p.1 e 7.
[22] Em tese, todas interpretações múltiplas ou antagônicas, todas as tendências ideológicas expressas da sociedade deveriam estar presentes no jornal segundo o Manual de Redação. (2010) São Paulo: Publifolha. p.48.

dezenas de jornalistas que colaboram e discutem o noticiário, mas o trabalho é hierarquizado: repórteres, editores e subeditores, redatores, editores chefes e editorialistas, no qual estes últimos têm maior poder decisório sobre o que é prioridade e o que terá destaque na primeira página. Se é verdade que o jornal é um produto coletivo, resultado do trabalho intelectual de profissionais da notícia, as escolhas de pautas, de espaços e cobertura de notícias, cabem a um pequeno grupo de confiança dos proprietários, e, portanto, tornando algumas vozes predominantes no processo de comunicação dos jornais.[23]

Na Nova República, a partir de 1985, a *Folha de São Paulo* consagrava-se como um jornal liberal e democrático, de posicionamento independente e arrojado, defensor da pluralidade de ideias. Contrariamente à imagem que ela quis construir, a *Folha* tomava partido e dedicava tratamento e espaços diferenciados àquelas informações e opiniões que lhe interessava fixar. Como esclarece Ciro Marcondes Filho, o jornalismo atua junto a grandes forças sociais; as empresas jornalísticas são porta-vozes de interesses de conglomerados e grupos políticos que desejam dar às suas opiniões subjetivas estatuto de objetividade (MARCONDES FILHO,1989, 11). Como nas Diretas já!, em outros momentos, a *Folha* adquiriu a função diretiva e organizativa, tal qual Antonio Gramsci percebeu em *Cadernos do Cárcere*: observou que quando os partidos orgânicos da burguesia encontram-se fracionados, um jornal ou um conjunto de jornais podem atuar como um partido político orgânico e como força dirigente superior a de partidos (GRAMSCI, 2000, 350). Neste processo de unificação da burguesia dirigente ocorre "luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento-, de modo que uma só força modele a opinião, e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica". (GRAMSCI, 2017, 285)

No novo milênio, em um contexto de ascensão dos governos petistas, dos quais o periódico figurava próximo à oposição, o grupo empresarial dos Frias precisava justificar seu posicionamento incisivo e ostensivo nas eleições. A falta de isonomia na cobertura eleitoral foi denunciada por ONGs, jornalistas independentes e pelos

[23] Na Folha de São Paulo repórteres e editores mantém reuniões periódicas em que são sugeridas pautas e planejam os cadernos. Diariamente os editores se reúnem com a secretaria de redação, discutem a forma final da edição. Porém, como frisa o Manual de redação da Folha de São Paulo, selecionar significa priorizar assuntos e concentrar naquilo que a edição julgar mais relevante. Assim, as pautas devem obedecer às hierarquias estabelecidas pelas editorias. *Manual de Redação*.São Paulo: Publifolha. 2010.p.21.

partidos que se sentiram prejudicados. No ano de 2010, o jornalista Paulo Vannuchi, então ministro dos Direitos Humanos, criticou a fala de Judith Brito, editora superintendente da *Folha da Manhã*, e presidente da Associação Nacional de Jornais, que fez uma declaração durante apresentação no 3º PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos) na Procuradoria Geral da República. Segundo Brito, "Na situação atual, em que os partidos de oposição estão muito fracos, cabe a nós dos jornais exercer o papel dos partidos. Por isso estamos fazendo [isso]." Para Vannuchi: "[A imprensa] vem confundindo um papel que é dela – informar, cobrar e denunciar – com o papel do protagonismo partidário, que é transformar isso em ações de conteúdo unilateral"[24]. Em outros termos, a *Folha de São Paulo* estaria deixando de exercer o papel de esfera pública, papel que a imprensa, em geral, reivindicava, para se tornar um organismo aglutinador, organizativo e ideológico de uma oposição de direita.

O ano de 2010, assim como o de 2014, era um ano eleitoral em que a ofensiva da grande imprensa e da *Folha*, em particular, focava na eleição de um tucano[25], primeiro José Serra, depois Aécio Neves, para a presidência da república. Não se trata de coincidência que em 2014, uma publicidade da *Folha* admitisse que o grupo empresarial possuía visão de mundo, porém afirmasse o sentido positivo do "tomar partido".[26] Posicionar-se, ao contrário da pretensão de isenção que muitas vezes aparecia na autopromoção do Grupo, passa a ser algo valorizado, talvez como resposta às críticas recebidas pela *Folha* naquele quadriênio.

O especial da Folha "Tudo sobre a Ditadura Militar"

A edição da *Folha de São Paulo* de domingo 23 de março de 2014 ofereceu a seus leitores uma reportagem especial multimídia que incluía "Tudo sobre a ditadura": entrevistas, imagens, filmes da época e áudios históricos, banco de dados

[24] "Vannuchi afirma que imprensa age como "partido de oposição" ". Folha de São Paulo. 31/03/2010.Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3103201015.htm Acesso em 14 de agosto de 2017.
[25] Tucano é como é denominado o partidário do Partido Social Democrata Brasileiro, cujo símbolo é a ave tucana azul, branca e amarela, partido criado durante a redemocratização em 1988 de uma cisão com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e que governou o país de 1994 a 2002.
[26] Em agosto de 2014, o grupo contratou a Agencia Africa para fazer uma série de 10 filmes e publicidade na mídia impressa com a temática "O que a Folha pensa. Ao fim, apresentava-se o slogan: "Concordando ou não, siga a *Folha* porque ela sempre tem suas posições, mas publica opiniões divergentes".

sobre mortos e desaparecidos, infográficos alternativos, o "31 de março em videográficos" que envolveu 20 profissionais.[27] A TV Folha exibia na TV Cultura e no site da Folha entrevistas com personalidades que viveram de perto aquele período, FHC, Almino Afonso, o ex- ministro Delfim Neto. A *Folhinha* trazia, dia 29 de março, "A ditadura em quadrinhos" e um caderno especial que revisitava a crise que levou ao golpe, os momentos cruciais do regime militar e a seção "E se..." - um apelo à imaginação de como seria o Brasil sem a queda de Jango. Procurou lançar mão de variados recursos, digitais, lúdicos direcionados a diferentes públicos, adulto, juvenis e infantis de clara qualidade técnica.

No dia 24 de março na página A7 divulgou uma série de debates, simpósios e exibição de filmes que ocorreriam durante a semana. Os editores deram toda a publicidade a um ciclo de debates que ocorreria no auditório da *Folha* e que foi por ela patrocinado. Participaram dos debates, por exemplo, o ex-ministro e colunista do jornal, Luiz Bresser Pereira e o ex-ministro de Sarney, João Sayad. A mesa em que estavam FHC, José Serra, Bolívar Lamounier e Boris Fausto, todos filiados ou simpatizantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi amplamente registrada com uma foto, na página 9 do Primeiro Caderno do dia 30 de março de 2014.

A cobertura da *Folha* estava de fato excepcional, elogiada por historiadores e cientistas políticos que enumeraram qualidades e algumas ausências.[28] Na mídia, a efeméride apareceu em alguns jornais, revistas e reportagens na televisão fechada, mas de modo geral, foi noticiada esparsamente, sem alarde e a maioria da população parecia indiferente ao significado da data. Nos círculos universitários, a ocasião incitou debates e reavaliação. Ocorreram eventos, encontros e palestras, entrevistas, dossiês em revistas acadêmicas; as editoras aproveitaram para lançar livros e coletâneas organizadas por professores universitários, alguns bastante conhecidos por investigarem o golpe e a ditadura.

A disputa pela memória naquele momento era tanto real, quanto simbólica, em torno da apropriação do significado da derrubada do presidente João Goulart em 1964. Tudo era disputado, até mesmo a cronologia da ditadura: se teria ocorrido em

[27] TV Folha exibe reportagem sobre os 50 anos do golpe de 64. Folha de São Paulo, São Paulo, 23/03/2024.p.A10.
[28] "Estudiosos elogiam reportagem sobre os 50 anos do golpe". Poder, Folha de São Paulo, 24/03/2023.p.A7.

31 de março ou em 1º de abril, se a ditadura teria começado em 1964 ou em 1968, se seu fim teria se concretizado em 1979, 1985 ou apenas em 1988, com a nova constituição. Até mesmo se se deve denominá-la de "revolução", "contrarrevolução", "golpe militar" (ou civil-militar, golpe civil-empresarial), "movimento" ou "regime militar", e alguns acadêmicos chegaram mesmo a questionar se o termo ditadura caberia, uma vez que algumas instituições continuaram funcionando.

Um ato "Ditadura nunca mais - 50 anos do golpe militar" no dia 31 de março em São Paulo, com a presença de ex-presos torturados, de familiares de desaparecidos, grupos culturais e do então prefeito da capital paulista Fernando Haddad, ocorrido em frente à sede do DOI-Codi, pedia a criação de um memorial e a punição aos torturadores. A Folha deu a 1ª página da edição de 1º de abril para noticiar. (fig.1)



FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2014

VÍTIMAS DA DITADURA

Dilma defende 'pactos' que levaram ao fim da ditadura

ILUSTRADA
Itamaraty vai restaurar obra de Portinari rasgada em reforma

EQUILÍBRIO
Ganha força nas academias a mistura de luta e treino funcional

The New York Times
Ruanda busca investidores para se tornar polo tecnológico

Doleiro preso emprestou jatinho ao vice da Câmara

'Não sabia com quem estava me relacionando', diz o deputado André Vargas (PT)

Crise da água se agrava, e Sabesp congela investimentos

Mesmo preso, condenado do mensalão faz reunião política

Fiscais interditam montagem de setor do Itaquerão

Norma do TSE exige que partidos divulguem origem de doação eleitoral

SORENTO
KIA SORENTO: TECNOLOGIA, CONFORTO E DESIGN.
UM CARRO COMO ESSE MERECIA MESMO A CAPA DO JORNAL.
R$ 109.900,00
À VISTA

Figura 1 Primeira página da edição da Folha de São Paulo de 1º de abril de 2014

Enquanto isto, tentativas de comemoração por parte de militares da ativa foram proibidas pela presidência da República (Monteiro, 2014) e eventuais homenagens foram confrontadas por protestos de estudantes e ativistas de esquerda, o que já vinha ocorrendo em outros aniversários do golpe celebrados pelo Clube Militar (Elizardo, 2014).

O contexto era de turbulência política, após as manifestações de junho e julho de 2013, quando um novo quadro se configurava: ocorria o declínio na popularidade do governo Dilma e o ressurgimento das mobilizações à direita, como há muito não se via. Alguns poucos ainda, naquele momento, reivindicavam intervenção militar. A ascensão política de muitos ex-guerrilheiros e ex-militantes de organizações clandestinas contrárias à ditadura, os quais fizeram parte da fundação do Partido dos Trabalhadores, partido que até então dirigia o governo federal há 11 anos, tem um peso neste ressurgimento. Estes últimos são acusados de revanchistas e de romperem o pacto firmado através da lei da Anistia de 1979. A "memória sufocada" dos militares ressurge em um novo contexto, à luz dos acontecimentos da última década. A classe média também se ressentia da concessão de direitos trabalhistas a assalariados que não gozavam de todos os benefícios sociais, cotas e bolsas, paliativos para a extrema pobreza. Esta conjunção de fatores produziu um "novo-velho" descontentamento na sociedade que identificou o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como inimigos do país por parte de uma direita radicalizada que tomou as ruas e as redes sociais.

Esta conflagração social também se expressa nos conteúdos publicados nas páginas da Folha de São Paulo como se vê. De fato, toda a política compensatória, de reparação, e da justiça de transição da qual faz parte a criação da Comissão Nacional da Verdade, é questionada pela direita e gerou reações imediatas de oficiais da reserva, provavelmente alarmados com as ações penais acatadas pelo Ministério Público Federal desde 2011.[29] Causavam mal-estar os depoimentos de agentes da repressão, como Paulo Malhães, cujo testemunho a *Folha* noticiou com uma fotografia na primeira página da edição do dia 26 de março e uma reportagem na página A10, destacando, inclusive alguns trechos do depoimento. Malhães relatava

[29] Diante do relatório final que arrolava 377 agentes públicos envolvidos, os Clubes Militares entraram com medida judicial contra a Comissão da Verdade. (Dal Piva, 2013) **(**Dualibi, 2014)

como torturava e ocultava cadáveres, mutilando os corpos, e apontava alguns oficiais já falecidos como agentes das operações. O público passava a conhecer detalhes sórdidos sobre a repressão descritos pelos seus próprios agentes. Neste mesmo ano, um grupo de oficiais da reserva se declarou contrário ao pedido de desculpas do Ministro da Defesa, o civil Celso Amorim, pelas violações cometidas pelo Estado, argumentando que "os militares salvaram o Brasil"[30].

No entanto, a pauta da Folha de São Paulo deu ampla visibilidade aos pequenos grupos que naquela ocasião celebravam a ditatura. Na edição de domingo dia 23, na primeira página, abaixo do cabeçalho, a *Folha* estampou fotografias de duas manifestações. A primeira fotografia, da Família com Deus no dia 22 de março, favorável à intervenção militar "contra o comunismo e o governo Dilma". A marcha intervencionista citava outra, de mesmo nome, que a precedeu em 19 de março de 1964, esta última tendo reunido entre 300 e 500 mil pessoas. Concentrou-se na praça da Sé na capital paulista, tendo sido organizada por alas ultraconservadoras da sociedade paulistana. Contando com o apoio de parte da Igreja Católica e com o empresariado, a marcha de 64 teve como principal pauta política pedir a deposição do então presidente da República João Goulart (1961-1964).

Em outro lado da cidade ocorria no dia 22 de março a Marcha Antifascista integrada por afiliados do Partido Comunista da Causa Operária, Partido Comunista do Brasil, da União da Juventude Socialista. Ambas tinham sido convocadas pelas redes sociais. As duas marchas que não se cruzaram, ocorreram em diferentes pontos da capital. Enquanto a marcha antifascista foi pacífica, a marcha pró intervenção, em que se enaltecia os militares e a Polícia Militar teve pequenos tumultos, e uma jovem acabou hostilizada. A contraposição das imagens, uma em baixo da outra (direita volver acima e esquerda volver abaixo), sugere a ideia de polarização: dois extremos se enfrentando, ambos avessos aos valores democráticos.(fig2)

[30] Agência Brasil. Militares dizem ter salvado o Brasil com a ditadura militar. Terra, 27/09/2014. Disponível em: https://noticias.terra.com.br/brasil/militares-dizem-ter-salvado-o-brasil.



FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DOMINGO, 23 DE MARÇO DE 2014

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

Reportagem multimídia
folha.com/golpe64

entrevistas • imagens e áudios históricos • banco de dados sobre mortos e desaparecidos • infográficos interativos • o 31 de março em videográfico

50 anos do golpe de 1964

Caderno especial reconta a crise que levou à ditadura, os momentos cruciais do regime e imagina como seria o Brasil sem a queda de Jango e o AI-5

TV FOLHA Depoimentos de quem viveu e de quem analisa o período

TV CULTURA

Política externa de Obama muda com ação na Crimeia

Petrobras já tinha tentado obter 100% de refinaria

Diretoria propôs ao conselho em 2008 adquirir restante do negócio

Acordos com EUA e UE fariam comércio internacional do Brasil crescer 18%

Mais Médicos seleciona formados sem habilitação

ILUSTRADA
HUCK vai mexer no seu 'Caldeirão'

SÃOPAULO
Cidade já tem dois pet shops para cada livraria

ILUSTRÍSSIMA
No centenário de Octavio Paz, críticos e escritores discutem o legado do autor

NEW HYUNDAI ELANTRA
2.0 FLEX 178 CV.
O sedã reconhecido como o melhor do mundo no Salão de Detroit em sua versão mais espetacular.

HYUNDAI. A MARCA DA HEXAGARANTIA.

Figura 2 Primeira página da edição da Folha de São Paulo de 23 de março de 2014.

Esta mensagem é reforçada no Caderno especial dos 50 anos do golpe de 1964, com o título “Um país partido ao meio”. A fotografia nas páginas B12 e B13 na mesma edição retrata da marcha da família de 19 de março de 1964. (fig.3)



Figura 3 Caderno especial dos 50 anos do golpe de 1964.Página B12 e B13 da edição da Folha de São Paulo de 23 de março de 2014.

No encarte especial, o editor Ricardo Balthazar e Lucas Ferraz escrevem sobre o momento que antecedeu a quartelada: "A deposição do presidente João Goulart em 1964 foi o desfecho de um período turbulento da história do país, em que tanto a direita como a esquerda exibiram desprezo pelas regras do jogo democrático e reduzido interesse em negociar compromissos". (Balthazar, Ferraz, 2014, B12, B13) Quanto a isto, o sociólogo, professor da Unicamp, Marcelo Ridenti discordou em um artigo na edição do dia seguinte: "... o texto inicial diz que direita e esquerda tinham igual desprezo pela democracia. Mas o fato é que quem deu o golpe foi a direita. Nunca encontraram indícios de golpe pela esquerda." [31]

Mas os editores da *Folha* não precisavam de indícios: construíam um imaginário de que o país estava dividido, contagiado por extremismos, no momento em que se preparava as eleições presidenciais de 2014. Mais tarde esta retórica da

[31] Estudiosos elogiam reportagem sobre os 50 anos do golpe. Folha de São Paulo, São Paulo 24/03/2014.p.A7.

mídia iria se intensificar com o Impeachment de Dilma Rousseff, em seguida nas eleições de 2018 e de 2022, quando as candidaturas dos petistas Fernando Haddad e Luiz Inácio Lula da Silva se apresentariam como alternativa à extrema direita liderada por Jair Bolsonaro. Nesta conjuntura, os grandes jornais procuraram uma equivalência entre as candidaturas, alegando que ambos não tinham compromisso com as regras democráticas.

Enquanto a *Folha* tratava de alimentar a oposição e insuflar os ânimos antipetistas com escândalos de corrupção que nem sempre podia provar, ela apontava para uma radicalização nociva de uma parte da sociedade, como se o próprio jornal não cooperasse para este acirramento. As edições diárias do jornal estavam repletas de notícias sobre a má condução da política econômica e da Petrobrás: na primeira página a manchete "Petrobrás já tinha tentado obter 100% de refinaria".[32] A manchete sobre a corrupção na compra da refinaria de Pasadena (Estados Unidos) não condiz com o teor da informação que, em verdade, revelava que Dilma Rousseff, presidente do Conselho de Administração da Petrobrás em 2008, não autorizou a compra superfaturada. As colunas de Eliane Catanhêde, a crítica de Henrique Meirelles à política econômica e um editorial de Frias Filho, justificando uma reforma na previdência social, fazem parte da agenda política e econômica da *Folha*. Ao longo da semana estes assuntos foram tão repetidos que em pesquisa no Painel do Leitor publicada no Primeiro Caderno no dia 30 de março, o assunto da Petrobrás constava como o mais comentado da semana, seguido pela Ditadura Militar e em terceiro lugar, o Supremo Tribunal Federal[33].

O quadro abaixo para os dias 23, 30 e 31 de março ilustram a distribuição das matérias por assunto nos principais cadernos A e B, incluindo o conteúdo do Caderno especial sobre os 50 anos do golpe de Estado. É possível perceber que a ofensiva contra o governo Dilma, a partir do mote da corrupção supera a pauta sobre o golpe e Ditadura civil militar, com exceção do dia 31 de março.

[32] Folha de São Paulo. 23/03/2014.p.1.
[33] Folha de São Paulo.30/03/2014.p.2

Dia	Total de matérias *	Matérias sobre a Ditadura	Escândalos de corrupção na Petrobrás
23/03/2014	63	11	19
30/03/2014	46	8	10
31/03/2014	51	9	8

*As outras matérias recorrentes são crise na Venezuela, Crise na Ucrânia e anexação da Criméia, Mais Médicos, a pauta econômica, noticiário internacional, mensalão tucano, etc.

Claramente, a *Folha* tinha interesse no desgaste do governo Dilma para as eleições que se aproximavam em outubro, não apenas pelo tratamento que davam às denúncias, mas ao espaço que concediam a figuras do PSDB como Fernando Henrique Cardoso, Tarso Jereissati e especialmente, ao próprio pré-candidato Aécio Neves, que ao longo de 10 dias publicou dois artigos na coluna Opinião abordando a corrupção na Petrobrás.[34]

O revisionismo da Folha nos 50 anos do golpe de 64

Em 30 de março de 2014, Octavio Frias Filho admitiu em editorial que a *Folha* errou ao dar apoio inicial à ruptura democrática. Admitiu o erro de não ter "rechaçado toda violência, de ambos os lados", quando, segundo ele, confrontavam-se "dois modelos de sociedade" - o do socialismo revolucionário, de um lado, e o da economia de mercado, de outro, forças "polarizadas" que sabotariam fórmulas intermediárias, que teriam levado a soluções pacíficas. O diretor editorial sugere que ambos os lados ultrapassaram as fronteiras da legalidade: "as responsabilidades pelo espiral de violência se distribuem pelos dois extremos", embora a maior parte recaia sobre quem instituiu a tortura como política clandestina de Estado. Quanto à oposição, ao enveredar pela luta armada provou corretas as acusações da direita de que pretendiam instalar uma ditadura comunista no país. (FRIAS FILHO, 2014, A2) Outrossim, Frias Filho ressaltou as realizações econômicas e estruturais e avanços sociais que a ditadura legou, justificando que seu Grupo empresarial agiu "como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias":

> Às vezes se cobra desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade da sua vigência, tornando-se um dos jornais mais críticos, na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi

[34] NEVES, Aécio. Já deu ! Opinião. Folha de São Paulo, São Paulo, 24/03/2014. p.A 2 e NEVES, Aécio. Ontem e Hoje. Folha de São Paulo, São Paulo, 31/03/2014.p.A2

> um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.
> É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias." (FRIAS FILHO, 30/03/2014, A2)

Em outras palavras, encurralada diante dos extremistas da direita e da esquerda, que sustentavam as ambições golpistas, a *Folha* fez uma opção e não deve ser responsabilizada por ela. Afirma que a *Folha* se mantém defensora da democracia, tal qual a imagem que construiu a partir da redemocratização. Ao mesmo tempo, defende a tese da polarização e da radicalização, como se a *Folha* sempre tivesse se posicionado por soluções "intermediárias", o que já vimos que não corresponde aos fatos, uma vez que a empresa cooperou ativamente com o regime de exceção. Não apenas cooperou no pretérito perfeito, mas continuou encobrindo a brutalidade daquele período terrível. Ao mesmo tempo que se posicionava como defensora da democracia, atenuava a memória da ditadura, impedindo seus jornalistas de empregar o termo. Ainda na década de 1990, o Manual de redação (1992) refletia este esforço por atenuá-la, já que orientava a equipe a usar "com critério" o termo ditadura, no sentido de "dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo", sendo preferível "qualificar regimes autoritários por governo militar, regime cujo presidente está no poder há 25 anos, regime de partido único". Mais significativo, alertava-se para não usar "a expressão ditadura militar nem Revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano".[35]

Uma década mais tarde, a *Folha* tratou de diminuir o impacto da ditadura sobre o conjunto da sociedade, como no episódio do editorial que ficou conhecido como "ditabranda".[36] Em 17 de fevereiro de 2009, em editorial sem assinatura, criticava o governo do presidente Hugo Chávez, após sua vitória em plebiscito pela

[35]Manual de Redação. (1992) São Paulo: Publifolha. Ver. https://pt.scribd.com/document/3044721/Manual-de-Redacao-Folha-de-SP. A mudança só aconteceu em 2001, quando o manual daquele ano admitiu que em textos noticiosos se usasse a expressão ditadura militar. O novo manual de 2018 recomenda expressamente o seu uso. Ver Lima, F. (2020). *A Folha e as sobras da ditadura. São Paulo, Folha de São Paulo,* 5/07/2020.https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/07/a-folha-e-as-sobras-da-ditadura.shtml

[36] Limites de Chávez. Editorial. Opinião. *Folha de São Paulo*.17/02/2009.p.A2.

prorrogação de mandato, comparando-o com as "ditabrandas" em países do Cone Sul do período de 1964 a 1984, dentre os quais, o Brasil. [37] No painel do leitor, a cientista política Maria Victoria Benevides e o jurista Fábio Konder Comparato expressaram indignação pelo emprego do termo "ditabranda", afirmando que: "Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar "importâncias" e estatísticas"" .[38]. Em réplica à nota da redação os chamava de "cínicos e mentirosos" por não repudiarem "ditaduras de esquerda".[39] Após muitas manifestações em apoio aos intelectuais, o próprio Otávio Frias Filho reconheceu o erro de empregar o termo, embora tenha reafirmado os insultos presentes na nota da redação.[40]

Este afã revisionista, que procura impor uma interpretação do período diferente do que a que predomina entre os especialistas, pode ser perceptível nas colunas e entrevistas que iremos examinar. As visões do golpe aparecem em artigos e entrevistas desta edição especial, os quais constatamos que podem ser divididos em três categorias: 1-Os colunistas e articulistas que escrevem para o diário; 2-Os colaboradores eventuais que enviam textos para a aprovação ou a convite, para emitir uma opinião sobre o tema; 3-Os especialistas (historiadores, economistas, cientistas sociais e filósofos). 4-Os entrevistados. Analisaremos de forma mais atenta textos do primeiro, do terceiro e do quarto grupo, porque, compreendemos que, apesar de estarem emitindo sua opinião, e não necessariamente a do jornal, como é o caso do editorial, estas são vozes autorizadas pelo editor-chefe e pelo conselho editorial, do qual fazia parte o próprio Otávio Frias Filho, seu secretário, Luiz Frias, ambos proprietários do jornal. Dentre os colunistas e articulistas Elio Gaspari, Jânio de Freitas, Ricardo Melo, Reinaldo Azevedo, Demétrio Magnoli, Carlos Heitor Cony, Clóvis Rossi, Carlos Chagas, Ferreira Gullar, Luís Bresser Pereira, Ruy Castro, Valdo Cruz, Rubens Ricupero, Vladimir Safatle, Leão Serva e Vinicius Mota[41]. No grupo dos

[37] O conceito de d*ictablanda* foi usado pelo general Dámaso Berenguerna entre 1930 e 1931 para caracterizar o regime que implantou na Espanha, que continha aspectos autoritários e democráticos ao mesmo tempo. Mais tarde assim se referiu o ditador Augusto Pinochet a seu governo no Chile. O conceito também foi empregado para se referir a duradoura vigência do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder no México.
[38] Benevides, Maria Vitória. Carta. Painel do leitor. 20/02/2009. p.A3.
[39] Nota de redação. In. Benevides, M. V. Carta. Op.cit.
[40] Frias Filho, Otávio. Folha avalia que errou, mas reitera críticas. Folha São Paulo, 8/03/2009.p.A6.
[41] Este grupo reúne, com algumas exceções que eram aquisições recentes, jornalistas antigos da casa, que participaram em algum momento do Conselho editorial ou desfrutavam da confiança dos proprietários.

especialistas existe uma convergência de ideias, sendo que alguns tratam de suas próprias experiências por terem sido testemunhas oculares dos acontecimentos históricos, como Ferreira Gullar, poeta e ex-filiado ao Partido Comunista, Carlos Heitor Cony, ex-editorialista do *Correio da Manhã* e Carlos Chagas, então repórter do jornal *O Globo*.

Colunista/articulista	Título/data/localização
Carlos Heitor Cony	"Traídos e traidores". 23/03/2014 p. A2
Marcelo Ridenti (sociólogo da Unicamp, colaborador ocasional)	"O golpe de 64, aqui e agora". Tendências e Debates 23/03/2014.p.A3.
Vinicius Mota	"29 anos de Democracia". 24/03/2014 p.A2
Ruy Castro	"Rádios fora do ar". 24/03/2014. p. A 2
Romulo Pereira (general da reserva, chefe do Estado Maior em 2004, colaborador ocasional)	"Nova História". Tendências e Debates. 24/03/2014. p.A3.
Carlos Chagas	"Não foi bem assim como dizem hoje" Tendências e debates. 28/03/2014. p.A3
Daniel Aarão Reis (historiador da UFF, colaborador ocasional)	"Ditadura cronológica". 26/03/2014. Tendências e debates.p.A3
Elio Gaspari (colunista)	"1964 ...2014". 26/03/2014. p. A10.
Alexandre Padilha (ministro de Lula e Dilma Rousseff, colaborador ocasional)	"Filhos da resistência". Tendências e debates, 27/03/2014. p.A3.
Armando Paiva Chaves (general do Exército reformado, colaborador ocasional)	"Meio século". Tendências e debates, 27/03/2014.p.A3.
Clovis Rossi (colunista)	"Orgulho do Assassino". 27/03/2014. p. A16
Reinaldo Azevedo (colunista)	"1964 já era, Viva 2064". Poder. 28/03/2014. p.A10
Demétrio Magnoli (colunista)	"Os idos de março (e o 1º de abril)". 29/03/2014 p.A10
Otávio Frias Filho (editor)	"1964" –Editorial 30/03/2014. p. A2
Jorge Mautmer (compositor, colaborador ocasional)	"Do Kaos à redemocratização". 30/03/2014.p.A3
Ferreira Gullar (colunista)	"Ao apagar das Luzes" . 30/03/2014.p. E12.
Valdo Cruz (colunista)	"Avanços e retrocesso". 31/03/2014 p.A2
Ruy Castro (colunista)	"Os civis que conspiraram". 31/03/2014. p.A2
Luís Bresser Pereira (colunista)	"1964 Por que e para que?" Tendências e debates 31/03/2014. p.A3

Ricardo Melo (colunista)	"Brasil 31 de março de 2014" 31/03/2014. Poder p.A5
Rubens Ricupero	"Minha história de 1964". 31/03/2014. p.A9
Leão Serva (colunista)	"Indios, as maiores vítimas da ditadura". 31/03/2014. Cotidiano. p. C2
Vladimir Safatle (professor de filosofia da USP)	"A ditadura venceu". 1º/04/2014. p.A1
Helio Schwartsman (colunista)	"Efemérides". 23/03/2014. p.A1. "Valores democráticos". 1º/04/2014. p.A1
Carlos Heitor Cony	"Cena na rua" 1º/04/1964. p. A2
Jânio de Freitas	"1964 Nunca mais?" 1º/04/2014. p.A10
Vinicius Torres Freire	"O grande golpe da ditadura de 64". 1/04/2014. Mercado.p.B4.
Peter Kornbluh (colaborador ocasional)	"Sem segredos". 1º/04/2014. p.A3
João Paulo dos Reis Velloso (colaborador ocasional)	"Da modernização às oportunidades". 1º/04/2014.p.A3

Tabela 1: Quadro com textos de articulistas, colunistas e colaboradores sobre a Ditadura, elaborado pela autora.

Alguns articulistas são convidados: historiadores, cientistas sociais, juristas, e também foram entrevistados. Entre os entrevistados estão militares, militantes da luta armada, juristas, políticos, que por sua posição que por causa de seu posicionamento no período ditatorial, lançam luz sobre alguns aspectos daquela conjuntura.

Entrevistado	Título/data/localização
Marcelo Ridenti (cientista político Unicamp)	"O golpe de 64 aqui e agora". 23/03/2014. A4.
Maria Celina d'Araújo (cientista política FGV)	"Silêncio dos militares não é compatível com a democracia". Entrevista .23/03/2014. A15
Fernando Henrique Cardoso (político do PSDB e ex-presidente por 2 mandatos)	"Ainda falta eficiência à democracia" Lide Ex-Presidente vê nos atritos de Dilma com o Congresso reflexos da crise que levou a deposição de Jango". Entrevista a Ricardo Balthasar. 24/03/2014. A 18.
Celio Borja (jurista, presidente da câmara no governo Ernesto Geisel, político da Arena, Ministro do STF na	"Regime militar não foi uma ditadura". 25/03/2014.

redemocratização)	
Daniel Aarão (historiador UFF)	"Ditadura cronológica" 26/03/2014 A3.
Fernando Henrique Cardoso (político do PSDB e ex-presidente por 2 mandatos)	"Jango ganharia em caso de eleição". Entrevista. 26/03/2014 A9
Alexandre Padilha (político petista, ministro dos governos Lula e Dilma)	"Filhos da resistência". 27/03/2014 A3
Leônidas Pires (general e ex-ministro, comandou o exército durante transição democrática)	"Os generais nunca foram intrusos na história brasileira". 28/03/2014 A 11
Almino Afonso(ex ministro de Jango)	"Entrevista: Nunca vi o presidente Goulart planejar um golpe comunista. 30/03/2014. A6 e A7

Efetuando a leitura dos artigos dos colunistas e articulistas, constatamos que a maioria poderia ser classificada a partir de algumas ideias predominantes: 1) destacam-se as versões de que a sociedade estava polarizada e que o golpe teve apoio da população e da mídia (Cony, Chagas, Ruy Castro, Elio Gaspari), 2) de que 1964 já ficou para trás, seria preciso pensar para frente e não se ater a revanchismos (Reinaldo Azevedo, Vinicius Mota), 3) de que indivíduos, empresas e a imprensa apoiaram o golpe, aspecto propositalmente esquecido (Demétrio Magnoli, Luís Bresser Pereira, Ruy Castro), 4) de que as forças armadas nunca fizeram o mea culpa e a sombra da ditadura permanece (Clóvis Rossi, Jânio de Freitas, Vladimir Safatle), 5) de que houve aspectos positivos no golpe ou na ditadura (Veloso).

Para representar o primeiro argumento de que o golpe teve apoio popular e midiático, indicamos o texto "Os idos de março (e o 1º de abril)" publicado em 29 de março na coluna Tendências e debates, escrito pelo jornalista e ex-assessor de imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas. Chagas, que na época trabalhava para *O Globo*, foi comentarista em canais de televisão e escreveu livros de análise política da ditadura, como *A Ditadura Militar e os Golpes dentro do Golpe*, desmistifica a ideia de que a maioria da população se insurgiu contra o golpe tão logo ele ocorreu. Sustenta que a sociedade estava dividida: um pequeno grupo de esquerda que havia adotado teorias marxistas queria implantar a ditadura do proletariado, promover rupturas com as instituições e liberdades, e outro, de defensores de seus privilégios, lutavam contra ameaça comunista. A classe média foi manipulada pela imprensa, enquanto os trabalhadores teriam ficado à margem do confronto. Chagas encerra reconhecendo a contribuição do regime militar para a unidade nacional:

> Por isso se ousa contradizer o sentimento que hoje grassa na maior parte dos jovens que agora se ufanam de haver lutado contra a ditadura, metade deles que nem havia nascido em 1964: não foi nada disso! A sociedade acomodou-se, pouco lamentou a queda de Goulart e bateu palmas para o general Castelo Branco e depois para o general Garrastazu Médici. Só aos poucos, com truculência, o arbítrio, a tortura e a censura, é que se fez sentir o repúdio ao regime militar.
> O mundo não está dividido entre mocinhos e bandidos, mesmo que muitos sejam mais bandidos do que mocinhos. Apesar de tudo, o Brasil continua. Os militares cometeram erros grotescos. Execráveis. Mas também contribuíram para esse verdadeiro milagre que é a preservação da unidade nacional. Eles e quantos existiram antes e quantos vieram e virão depois. (CHAGAS, 2014, A3)

Seguindo nesta direção, Elio Gaspari, ex-filiado do Partido Comunista na juventude, jornalista, colaborador de confiança, muito celebrado pelo Grupo *Folha*, escreveu o artigo "1964-2014" para sua coluna semanal. Gaspari, cuja obra em cinco volumes (o 5º lançado em 2016) sobre a ditadura baseou-se, talvez acriticamente, nos arquivos de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, tornou-se uma das autoridades sobre o assunto a quem a *Folha de São Paulo* e a mídia em geral, preferiam referenciar. O artigo, anunciado com uma chamada na primeira página, localizado na coluna na página A10, precedia uma reportagem chamativa sobre a admissão de atos de tortura por Paulo Malhães à Comissão Nacional da Verdade. Nele Gaspari sugere que em 1964 "a cartada do golpe estava na mão de vários jogadores" – Jango poderia intervir militarmente, tanto quanto seus opositores. Para Gaspari, há 50 anos todos eram golpistas, tanto quanto em 2014: há o desrespeito pela vontade popular, pelo Congresso; há "infiltração comunista" em 1964, equivalente ao aparelhamento do Estado pelo PT em 2014. Resumindo, o DNA do golpe continua presente em 2014, apenas se transmutou: "1964 continua divisivo porque em 2014 há pessoas que veem nas instituições democráticas a origem e sede dos males" (GASPARI, 2014, A10). Gaspari insinua na sobreposição de passado e presente, uma continuidade dos "vícios antidemocráticos", conduzidos pelos mesmos atores, concluindo que as forças políticas não jogam conforme as regras democráticas e, embora o perigo de golpe militar não estivesse mais no horizonte, todos (ainda) seriam golpistas. Esta visão do colunista que tende a aceitar a "teoria dos dois demônios"[42] é, em muitos aspectos, coincidente com a do próprio Frias Filho, redator chefe da Folha de São Paulo.

[42] A teoria dos dois demônios emergiu na Argentina durante os trabalhos da Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (Conadep), que elaborou o informe *Nunca Más,* coletânea de testemunhos de 1983, durante o governo de Raúl Alfonsín, que abriram caminho para os julgamentos dos chefes

O segundo argumento afirmava que se deveria pensar para frente, sem revanchismos. O artigo de Reinaldo Azevedo "1964 já era, Viva 2064" na seção Poder na página A10, por exemplo, detrata o trabalho de memória realizado nos últimos tempos. Jornalista liberal conservador, ex-militante do movimento estudantil Liberdade e Luta (Libelu) nos anos 1970, grande crítico do governo petista e autor de *O país dos Petralhas* (2008), foi articulista da *Veja* até 2009. O ingresso de Azevedo e de Demétrio Magnoli como colunistas a convite de Otávio Frias Filho ocorreu no final de 2013, surpreendendo e causando mal-estar junto aos jornalistas da redação, por serem "vozes de extrema direita", expressamente escolhidos para opinar naquele ano de disputa eleitoral.

Na sua coluna do dia 28 de março de 2014, Azevedo escrevia:

> 1964 já era! Tenho saudade é de 2064! Os historiadores podem e devem se interessar pelos eventos de á 50 anos, mas só oportunistas querem encruar a história, vivendo-a como revanche. Enfara-me a arqueologia vigarista. Trata-se de uma farsa política, intelectual e jurídica, que busca arrancar do mundo dos mortos vantagens objetivas no mundo dos vivos. (AZEVEDO, 2014, A10)

Traduzindo o pensamento de uma ultradireita ressentida da qual, naquela ocasião, Azevedo era representante, relaciona passado e presente, inferindo que a "esquerda revanchista" que está no governo instrumentaliza o golpe de 1964 e a história para legitimar a corrupção. Ele argumenta que omitem a repressão e os mortos do governo Vargas que superariam, em muito, aqueles da ditadura militar porque este seria "pai intelectual de João Goulart", a quem chama de "golpista incompetente". Enquanto nos anos 1980 e 1990 se relembrava a repressão do Estado Novo, celebrando o seu fim, atualmente a esquerda esconderia os cadáveres e transformaria Vargas em herói. Assim, além de sugerir que a esquerda não defendia a democracia em 1964 e que João Goulart era um "golpista incompetente", Azevedo atribui os escândalos de corrupção revelados a "mal feitos" de ex-militantes e guerrilheiros - como José Dirceu e José Genuíno– dentre eles, é claro, a própria presidente da república Dilma Rousseff, que participou da luta armada nas organizações Comando de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

militares da ditadura. O prólogo do informe, muito criticado, escrito por Ernesto Sabato, apresentava a tese de que os militares reagiram ao terrorismo dos grupos de guerrilha como os Montoneros e Exército revolucionário do Povo.

> A semente do Mensalão está nos delírios do Araguaia. O dossiê dos aloprados foi forjado pela turma que roubou o "Cofre do Adhemar". Os assaltos à Petrobrás foram planejados pelos homicidas VAR-Palmares, de Dilma, e ALN, de Marighella. A privatização do passado garante, em suma, lugares de poder no presente e no futuro. (AZEVEDO, 2014, A10)

Azevedo acusa os governistas de oportunismo ao se beneficiarem da história para manter o poder e "encher os bolsos": "Os farsantes apelam à mitologia para reivindicar o exclusivismo moral que justifica seus crimes. Ladrões se ancoram na gesta da libertação dos oprimidos. Uma solene banana para eles, com seus punhos cerrados e seus bolsos cheios!" (AZEVEDO,2014, A10) Em outras palavras, como vítimas da ditadura, políticos e lideranças de esquerda em posições de poder evitariam ser responsabilizados, mas sua crítica acaba reforçando o argumento dos insatisfeitos com a Nova República.

A terceira perspectiva, pode ser observada a partir do artigo "Os idos de março (e o 1º de abril)" publicado em 29 de março, localizado na página A 12. O autor, Demétrio Magnoli, geógrafo e comentarista da Globo News, ultraliberal, ex-militante da Libelu, recém admitido no quadro de colunistas, relembra o grande apoio de jornais, políticos e jornalistas –inclusive de colunistas da *Folha* como Delfim Neto e Carlos Heitor Cony – e de empresários à ditadura. Também examina a memória de 1964, recusando "revisões políticas". Magnoli reage à impunidade que foi negociada em troca de "bolsas-anistia", impunidade que a Comissão da Verdade não teria meios para reverter:

> De Sarney a Dilma, todos os governos civis aceitaram o intercâmbio vergonhoso.
> Comissão da Verdade, pá de cal. Sem justiça, proibida pela lei, temos um simulacro de memória esculpido segundo as conveniências do presente - e os teatros de máscaras dos marchadores que seguem um crucifixo ou aquela chata canção do Vandré. (Magnoli, 2014, A12)

Discrepante, o artigo de Magnoli denuncia as limitações dos poderes e resultados da Comissão da Verdade de 2014, crítica feita, inclusive, por entidades de direitos humanos. Por outro lado, ataca a política de reparações financeiras aos afetados pelo regime de exceção que é dever e compromisso do Estado brasileiro.

O filósofo da Universidade de São Paulo, Vladimir Safatle representa a quarta posição. Seu texto responde a outros conteúdos que foram publicados durante a semana dedicada aos 50 anos do golpe. Ele se reporta à entrevista de Leônidas Pires Gonçalves, general e ex-ministro, que comandou o exército durante transição

democrática, qualificando como um "insulto" a alegação do general de que "revolução não matou ninguém" e de que "ela teria sido uma necessidade histórica". Afirma que ninguém, nem nas "Forças Armadas, nem no meio empresarial, que tramou e alimentou o golpe, tem a dignidade de pedir perdão por um regime que destruiu o Brasil".(SAFATLE, 2014, A1) Safatle rebate o argumento de que o regime fez bem para e economia, cita a concentração de riqueza e a desigualdade. Rebate o revisionismo histórico[43] que leva 68% da população a achar que não houve corrupção, segundo indicava a pesquisa do Datafolha de 30/03, listando os principais escândalos de corrupção do período. Conclui que faltou realizar o dever de memória: "Tudo isso apenas demonstra o fracasso que foi, até agora, o dever de memória sobre a ditadura".(SAFATLE, 2014, A1) Realizando a crítica ao revisionismo pela esquerda, o filósofo evidencia um paradoxo que é o da própria Folha de, ao mesmo tempo que rechaça o período ditatorial, abre espaço para vozes que representam os perpetradores das violências de Estado dele resultantes.

Além de artigos e colunas diárias, a *Folha* realizou algumas entrevistas que acentuam este discurso sobre o caráter polifônico do jornal, ou seja, de vozes dissonantes que às vezes se contrapõe. Podem ser classificadas em alguns tipos: 1-com especialistas, 2-com personagens históricos ligados ao governo militar, 3-com a oposição à ditadura ou à resistência armada. A maioria delas foi realizada por Bernardo de Mello Franco, então repórter político, que entrevistou a professora Maria Celina d'Araújo, Celio Borja, Cid Benjamin e Daniel Aarão Reis.

Ao longo da semana, entrevistaram o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que é uma voz muito presente na *Folha* sobre muitos assuntos. Nesta semana ele figurou na pauta especial sobre o golpe e a ditadura, tanto como especialista, quanto como testemunha. Ele figurou em um debate com José Serra, o cientista político Bolivar Lamounier e o historiador Boris Fausto, todos ligados ao Partido Social Democrata Brasileiro. Avessos à "herança populista" do trabalhismo varguista, a mesa concordou sobre o "descompromisso" de direta e esquerda com a democracia, desqualificou as reformas de base e concluiu que Jango apostou na tática de radicalização crescente para voltar ao poder ao estilo de Getúlio Vargas: "As elites,

[43] Revisionismo histórico, no qual um agente ou grupo político-ideológico passa a manipular e distorcer a história factual em busca de defender uma narrativa ou ideologia.

de esquerda e de direita, "arrastaram o país" para uma situação alheia aos sentimentos moderados da maioria da população". (COELHO, 2014, A9)

O mesmo FHC concedeu uma entrevista para o repórter Ricardo Balthazar em 24 de março intitulada "Ainda falta eficiência à democracia", em que a certa altura, afirma que o Brasil passava por ambiente de radicalização e Guerra Fria, embora assegurasse que Jango não iria dar um golpe, pois não tinha condições para isto, ainda que os militares assim acreditassem. Para o sociólogo, a democracia é imperfeita, com muitos problemas, como os que Dilma Rousseff enfrentava com o Congresso, reflexos da crise que levou a deposição de Jango. Significativo que o editor tenha decidido acrescentar o lide "Ex-Presidente vê nos atritos de Dilma com o Congresso reflexos da crise que levou a deposição de Jango". Não só o ex-presidente, mas tantos outros colunistas, especialistas e entrevistados buscaram no presente (o ano de 2014) semelhanças com a atmosfera do pré-64. Neste caso o editor enfatizou esta analogia do governo Dilma com o de Jango no sentido de retratar o primeiro como um governo em crise, inábil, fraco, prestes a ser derrubado. A comparação forçada com Goulart foi realizada inúmeras vezes até depois do impeachment da presidente em 2016. Dilma também foi alvo de difamação pela *Folha* em 2009 quando publicou uma ficha falsa de supostos crimes da "guerrilheira Luiza", ao lado de uma entrevista da então ministra da Casa Civil.[44] Nesta ocasião, ela era a mais provável sucessora de Lula, pré-candidata à presidência pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2010. Em função das comparações impróprias e falsas simetrias, Dilma acusava a Folha de falsificar a história recente, lembrando o caso da ficha: "A Folha tem enorme dificuldade de avaliar o passado e, assim, frequentemente erra ao analisar o presente".[45]

No dia 30 de março, a *Folha* entrevistou o ex-ministro cassado e exilado de Jango, Almino Afonso, que lançava seu livro "1964 na visão do ministro do trabalho

[44] ODDILA, Fernanda. Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim. Folha de São Paulo, São Paulo.5/04/2009. A8. A então ministra Dilma Rousseff enviou uma carta para a redação, questionando a autenticidade da ficha e desvinculando-se do suposto plano da organização VAR-Palmares, de sequestrar de Delfim Netto. Vinte dias depois A Folha admite que obteve a ficha de sites de oposição na internet e que não tinha provas da sua autenticidade. Ver Autenticidade de ficha de Dilma não é provada. Folha de São Paulo, 25/04/2009. A12. A ficha circulava desde 2008, segundo Rousseff, primeiramente divulgada pelo site www.ternuma.com.br do Grupo de ultra direita Terrorismo nunca mais, criado em 1998 por civis e militares da reserva.

[45] ROUSSEFF, Dilma ."A Falha de São Paulo" ataca outra vez? Dilma Rousseff @dilmabr. Twitter 22/08/2020.8h39 PM. Disponível em https://x.com/dilmabr/status/

de João Goulart". Nele Afonso nega a intenção de Goulart de promover um golpe à esquerda, evidenciando que a composição do ministério, que incluía lideranças industriais, demonstra o absurdo do argumento. Afirma que este discurso teve origem na esquerda, na direita e na imprensa, inclusive propagado pela *Folha,* além de destacar os interesses econômicos dos Estados Unidos. (AFONSO, 2014, A6 e A7)

Daniel Aarão Reis, historiador da UFF e ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) também foi entrevistado a respeito da luta armada. Com o título "A luta armada esqueceu de fazer consulta ao povo", a entrevista com Aarão Reis reavalia o papel da luta armada, mas considera que, por falta de alternativa, este caminho parecia viável para a sua geração. No entanto, a luta armada não tinha apoio do povo e isto a asfixiou. Defende que o golpe não era inevitável e que é preciso lembrar das suas conexões civis, as quais o historiador enfatiza em vários de seus artigos (REIS, 2014a). O mesmo historiador também escreve o artigo "Ditadura cronológica" no dia 26 de março, para quem a visão dos vencidos foi vitoriosa e certas datas foram consagradas pela esquerda, tanto o dia 1º de abril, quanto o término da ditadura em 1985 com a Nova República. Aarão Reis propõe uma nova data para seu término, 1979, quando foi revogado o AI -5.

Dois depoimentos lançavam luz sobre a condição de quem atuou na resistência à ditadura e fazem parte da linha editorial pluralista. Cid Benjamin em "Luta Armada foi resistência legítima à ditadura militar", publicado em 27/03, narra como surgiu a ideia dos sequestros, como foi preso e torturado e diz que a luta armada foi um equívoco, mas igualmente uma forma legítima de resistência, do qual não se arrepende. O ex-guerrilheiro mostrava-se favorável à condenação dos torturadores para que a tortura não continuasse. Alexandre Padilha, ministro dos governos Lula e Dilma, publicou um testemunho pessoal intitulado "Filhos da resistência" no dia 27/03/2014, em que conta sua difícil infância separada do pai, torturado e exilado, devido ao seu envolvimento com a luta armada.

No dia 23/03, por exemplo, na página A15 desta edição, o repórter entrevistava a cientista política Maria Celina d'Araújo, professora da PUC-RJ, que explica que a Comissão da Verdade significa um avanço, ao coletar a confissão de quem prendeu e torturou. Naquele momento, o coronel Paulo Malhães, torturador, prestava depoimento à Comissão da Verdade sobre a Casa da Morte de Petrópolis, local onde 22 militantes políticos foram torturados e assassinados. A cientista social

constata que existe um pacto de silêncio: 50 anos depois, os militares ainda tratam o assunto como segredo de Estado. Vê como problemático o fato de que "Os militares pensam que tem a prerrogativa de construir sua memória". (ARAÚJO,2014, A15) Para a cientista social, os militares escondem documentos e não atendem à ordem das autoridades para apresentá-las. Ao invés de fazer a autocrítica, prevalece o discurso de que "nós salvamos o país". (ARAÚJO,2014, A15)

Na mesma edição, uma reportagem reforça a argumentação de d'Araújo, a respeito da omissão de informações das Forças Armadas à Comissão da Verdade e ao Ministério Público a propósito das violações do período da ditadura. Informa que desde 2012, quando a CNV foi criada, não recebeu nenhuma informação relevante do Exército, Marinha e Aeronáutica (FRANCO, FERRAZ, 2014, A14). O tema da Comissão da Verdade era recorrente nas entrevistas e artigos de militares. Estes destoam das "vozes da resistência" que até aqui estão relacionadas na pauta dos 50 anos do golpe de 1964. A Folha abre espaço para "o outro lado" afirmar a sua versão da história, para as "memórias silenciadas" que ficaram restritas aos círculos militares e que passaram a confrontar, tanto as descobertas da Comissão da Verdade, quanto as interpretações historiográficas.

Na entrevista intitulada "Regime militar não foi uma ditadura" publicada em 25/03, Celio Borja, jurista, político da União Democrática Nacional e da Arena após o golpe de 1964, ministro do STF de Sarney e ministro da Justiça de Collor de Mello, contestou o termo "ditadura"; para ele o que havia era um governo com plenos poderes - nunca houve concentração dos poderes nas mãos do chefe, tanto Judiciário, quanto Congresso eram independentes. Jango teria sido um "pobre homem aprendiz de caudilho", seu governo era fraco e a esquerda estaria disposta a dar um golpe com seu aval. Após o comício da central, queria impor as reformas "na marra" e transformar o Brasil em um regime como o cubano.(BORJA, 2014, A7)

Uma segunda entrevista intitulada "Os generais nunca foram intrusos na história brasileira" publicada em 28/03 também se destaca pelo caráter revisionista. O general e ex-ministro Leônidas Pires Gonçalves, que comandou o exército durante o governo Sarney, declara a Lucas Ferraz da *Folha* que "a história contada hoje é mentirosa". Pires Gonçalves denomina o golpe de "revolução democrática", posto que o Exército seria um "poder moderador" que evitou a quebra do país. Intitula-se a si próprio, que na época era tenente coronel, um dos "revolucionários históricos", e

afirma ser um democrata. Esclarece que Jango não era comunista, mas não tinha dispositivo militar, razão pela qual não houve resistência. Os militares teriam se sacrificado, "cortaram na própria carne", com centenas de oficiais cassados. Para o general, as cassações eram "civilizadas" e os presidentes militares não eram ditadores, embora eleitos através de votação indireta, não eram ilegítimos. Desqualifica a esquerda como "canalhas" porque não quererem falar da subversão. A censura e estado de exceção são tratados como "teorias" – existiria apenas "pressão política". Reconhece ter havido tortura – os militares cometeram "equívocos", mas estariam cumprindo ordens. Ao lado disto, minimizou o número de mortos da resistência à ditadura. Quando perguntado pelo entrevistador Lucas Ferraz porque a Comissão da Verdade o incomodava tanto, o general apenas retrucou que "a verdade é filha do poder"(GONÇALVES, 2014, A11), frase que guardava a esperança, talvez, de que os militares eventualmente retornariam aos mais altos postos do poder executivo.

Pires Gonçalves não era apenas um simples observador dos acontecimentos. Ele chefiou o Estado-Maior do I Exército, entre 1974 e 1978, ao qual era subordinado o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e seu nome foi citado no relatório final da CNV. O general já havia declarado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, tratar-se de "hipocrisia" e injustiça" a inclusão de seu nome no relatório. Por defender a abertura como obra da "revolução democrática" de 64, foi indicado Ministro do Exército do governo Sarney em 1985. Foi ele quem, após as acusações suscitadas pelo livro *Brasil: nunca mais (1985)* organizado pela Arquidiocese de São Paulo, autorizou a Seção de Informação do Centro de Informações do Exército (CIE) a preparar o que seria o *Projeto Orvil* – cujo nome oficial era *O livro negro do terrorismo no Brasil* – que circulou clandestinamente nos círculos militares, contendo a sua versão do golpe e da ditadura, justificando-os como recursos legítimos contra as ações dos "esquerdistas" para evitar a implantação de uma ditadura socialista no país.[46]

Os militares estavam incomodados com uma memória produzida pelos "terroristas", que segundo eles, deturpava fatos e seu significado, se tornando a

[46] A iniciativa do projeto Orvil foi apresentada pelo coronel Romeu Antonio Ferreira lotado no CIE, os trabalhos coordenados pelo coronel Agnaldo del Nero. O livro foi apresentado em 1988 por Pires Gonçalves ao então presidente José Sarney e foi vetado, mas circulou de forma clandestina em cerca de 343 cópias de xerox para um círculo pequeno até ser publicado pela editora Schoba em 2012 (Meireles, 2020, Pedretti, 2020) O dossiê inspirou memórias de militares e torturadores, como *Rompendo o silêncio*, publicado em 1987 por Carlos Alberto Brilhante Ustra, mas também estava presente em sites, escolas, centros de formação e clubes militares e são versões "saturadas de memória".(Reis, 2014,p.14)

narrativa histórica imposta pelos vencedores, através de um "trabalho de massa" e de formação de opinião. (BRANDÃO, LEITE, 2012, 305) Na cobertura dos 50 anos, dois artigos de militares reformados questionam a história acadêmica e prescrevem o que os historiadores devem contar sobre a ruptura democrática. Armando Paiva Chaves, general da reserva, a chama de "contrarrevolução" e afirma que Jango insuflou a indisciplina. Para ele caberia aos historiadores interpretar a data histórica de 1964 "em pesquisa isenta que inclua testemunhos de quem a viveu", assim como ele. O também general da reserva, chefe do Estado Maior em 2004, Romulo Pereira em "Nova História" é mais enfático. Acusa a Comissão da Verdade, cuja proposta era "dar a conhecer uma nova história do Brasil" "sem revanchismos", de focar apenas no regime militar: "Nos seus trabalhos fica patente que a história é um item secundário, prevalecendo uma deliberada vingança contra as Forças armadas..." (PEREIRA, 2014. A3) No entanto, suas apurações elevam ao patamar de heróis o combatente militante como Marighella, um "terrorista e comunista assumido". Uma "nova história" para ele, deveria investigar não apenas os militares, mas apenas poderá ser realizada de forma isenta pelas próximas gerações sem o revide de intelectuais ideologicamente comprometidos com a esquerda, ou de partícipes de grupos terroristas: "a história está sendo reescrita de cima para baixo, onde a neutralidade é uma falácia, com clara predominância do revanchismo e da emoção[...] Não será uma "nova história, mas uma mentira histórica". (PEREIRA, 2014, A3)

A memória que prevaleceu com a saída dos militares da direção do país foi a de que a sociedade foi silenciada pela ditadura, tolerou as condições ruins, mas resistiu articulando a resistência em diferentes setores. (REIS, 2014, b, 8) Os militares precisavam contrapô-la com uma versão "verdadeira da história do Brasil" que consistia em uma história das conspirações de esquerda, começando pela fundação do Partido Comunista em 1922, passando pelo levante de 1935, a tentativa de revolução de 1964, culminando na guerrilha do Araguaia e no domínio das instituições culturais, a partir de 1974. (ORVIL, 2012)

Na década de 1990, Pires Gonçalves não gostava e rememorar o passado. (ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, 7) Porém, o clima mudou, com a ascensão de ex-militantes da luta armada a postos do alto escalão do governo, além das iniciativas por implementar a justiça de transição, reparação e a criação da Comissão da Verdade em 16 de maio de 2012. Tão cedo quanto 2009, militares graduados se

pronunciavam à imprensa contrários ao Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), que constituía uma Comissão Nacional da Verdade. (DIAS, 2013, 73-76) O ressentimento nos círculos militares se intensificou no governo Dilma Rousseff, talvez por temerem a abertura dos arquivos, a revisão da lei de Anistia, ou os trabalhos das Comissões Nacional e Estaduais da Verdade que os levariam a depor e subsidiariam processos movidos por familiares de mortos e desaparecidos.

Após 2013, a memória positiva da ditadura militar irromperia dos círculos exclusivamente militares, beneficiando-se da insatisfação com o terceiro governo petista, de uma "nostalgia passadista pela ordem", do descrédito de parte da esquerda e da reorganização da direita em uma "nova direita", recrutada através das redes sociais e da internet. Apesar de perder espaço para estas novas mídias, a *Folha de São Paulo* continuou sendo considerada uma mídia profissional de grande prestígio.

Através das opiniões dos colunistas, das entrevistas, pesquisas e editoriais, a *Folha de São Paulo* na semana de cobertura do quinquagésimo aniversário do golpe, deu voz especialmente à ultradireita porque, naquele momento, interessava atacar o governo de Dilma Rousseff, já que era candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores. Predomina a versão de que direita e esquerda eram golpistas, de que houve excessos de ambos os lados, de que o legado da ditadura trouxe perdas e ganhos, e de que indivíduos mal intencionados estabelecidos no governo querem manipular o passado para se vingar e justificar seus crimes praticados inclusive no presente. Esta versão é conveniente tanto à direita liberal, quanto à extrema direita, construindo um imaginário de que os inimigos de 1964 continuam os mesmos de 2014.

Considerações finais

No momento em que o golpe de 1964 fazia 50 anos, o jornal de maior circulação do país, na cobertura semanal de 23 de março a 1º de abril, pautou a memória dos brasileiros sobre os eventos que precipitaram a derrubada de João Goulart, seus atores, seu significado para as atuais gerações. No editorial, em textos de colunistas e articulistas, reportagens e entrevistas, a *Folha* realizou o revisionismo histórico a respeito deste período, trazendo os "dois lados" do argumento, distribuindo responsabilidades igualmente entre forças de esquerda e a direita reacionária, associando a esquerda ao golpismo, à corrupção e a valores

antidemocráticos, eximindo-se de discutir os diferentes projetos para o Brasil. Caracterizou o governo Jango como "fraco" e "golpista", associando-o à presidente Dilma Rousseff, a quem criticava por ser "inepta" e "corrupta". Produziu em 2014, a imagem de uma sociedade dividida e polarizada, cujos dois lados do espectro político seriam radicalizados e avessos à democracia.

Neste balanço da história do período, os proprietários do Grupo Folha da Manhã e seus colaboradores de confiança aparecem em uma posição moral superior, capazes de prescrever o que são comportamentos democráticos e antidemocráticos, enquanto participaram ativamente do regime autoritário. O revisionismo da *Folha* não diz respeito apenas à reinterpretação do passado do período pré-golpe e ditatorial e a produção da memória social, ele significa sua captura em função das disputas político-partidárias do momento: o passado como elemento da disputa eleitoral, que se desenrolava naquele ano de 2014 pela sucessão ao Palácio do Planalto.

Referências

AFONSO, A. "Entrevista: Nunca vi o presidente Goulart planejar um golpe comunista. *Folha de São Paulo*, 30/03/2014.pp. A6 e A7.

ARAÚJO, M. C., Soares, G. A.D., Castro, C. Memória militar sobre a repressão: Anos de Chumbo. Rio de Janeiro, Relume Dumará.1994.

AZEVEDO, R. "1964 já era Viva 2064!". *Folha de São Paulo*. 28 de março de

2014.p.A 10, 2004.

BENJAMIN, Cid. Fizemos resistência legítima à ditadura, diz ex-guerrilheiro. *Folha de São Paulo*, 27/03/2014.p.A1

BORJA, Célio. "Regime militar não foi uma ditadura".*Folha de São Paulo*.25/03/2014.A7

CARTA Capital. Publicidade federal: Globo recebeu R$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma.19/06/2015. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609/.

CHAGAS, C. "Os idos de março (e o 1º de abril)". *Folha de São Paulo*. 28/03/2014. p.A3

CHAIM, Célia.Hitler os ratinhos e os leões. Tudo sobre a Folha- 80 anos. Folha de São Paulo. São Paulo, s/d. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/campanhas_publicitarias.shtml Acesso em 8/07/2017.

CHAVES, A. P. "Meio século". *Folha de S.Paulo*, 27/03/2014.p.A3.

DAL PIVA, J. Militares criticam Comissão da Verdade em ato comemorativo ao golpe militar. O Globo. 28/03/2013. http://oglobo.globo.com/brasil/militares-criticam-*comissao*-da-verdade-em-ato-comemorativo-ao-golpe-militar-7974681

COELHO, M. Debates sobre o golpe citam contradições da época.*Folha de São. Paulo,*30/03/2014.p.A9

DUIALIBI, J. Clube Militar pede medidas judiciais contra Comissão da Verdade. Estado de São Paulo. 15/12/2014. http://politica.estadao.com.br/blogs/julia-duailibi/clube-militar-pede-medidas-judiciais-contra-comissao-da-verdade/

ELIZARDO, M. "Ato no Rio em 'descomemoração' dos 50 anos do golpe tem confronto". Portal G1.01/04/2014 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/nos-50-anos-do-golpe-de-1964-rio-tem-protesto-contra-ditadura-militar.html .

FOLHA lança novo "Manual da Redação". Folha de São Paulo, São Paulo, domingo, 18 de fevereiro de 2001. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1802200129.htm

FRANCO, B de M., Ferraz, Lucas. "Ao responder a pedidos da lei de Acesso, órgãos militares adotam tática de prestar informações incompletas". *Folha de São Paulo*, 23 /03/2014.p.14.

FRIAS FILHO, O. Editorial. Folha de São Paulo, 30/03/2014.p.A2.

FRIEDLANDER, D. A partir do jornal, Grupo Folha se diversificou e hoje tem 5 empresas, Folha de São Paulo, 27/02/2016. http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml Acesso em 1/12/2023.

GASPARI, Elio. "1964-2014". Folha de São Paulo, 30/03/2014.p.A10

GONÇALVES, L. P."Entrevista:Os generais nunca foram intrusos na história brasileira". Folha de São Paulo, 28/03/2014.p.A11

GULLAR, Ferreira. "Ao apagar das Luzes". Folha de São Paulo. 30/03/2014 .p. E12.

INTERVOZES e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF). Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. (2017) Relatório Intervozes e da Repórteres sem Fronteiras (RSF).Disponível em https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam Acesso em 1/12/2023.

LINS DA SILVA. Folha de São Paulo. Folha lança novo "Manual da Redação". São Paulo, domingo, 18 de fevereiro de 2001. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1802200129.htm Acesso em 1/12/2023

MAGALHÃES, M. Militares ameaçam suspender circulação. Tudo sobre a Folha. 80 anos.2001. https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtlm

MAGNOLI, D. "Os idos de março (e o 1º de abril)". Folha de São Paulo. 29 de março de 2014. p.A12

MONTEIRO, T. "Dilma orienta Defesa a não comemorar os 50 anos do golpe militar". O Estado de S. Paulo. 14/03/2014. Disponível em

http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-orienta-defesa-a-nao-comemorar-os-50-anos-do-golpe-militar,1140999 Acesso em 1/12/2023.

ORVIL: Tentativas de Tomada de Poder. São Paulo: Schoba.2012.

PADILHA, A."Filhos da resistência". Folha de São Paulo, 27/03/2014. P.A3

PILAGALLO, O. "90 anos em 9 atos". *Folha de São Paulo*.19/02/2011. https://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml Acesso em 1/12/2023.

PEREIRA, R. "Nova História". Tendências e Debates. 24/03/2014. p.A3

PILAGALLO, O. Otavio Frias Filho foi antena das Diretas na Folha, Folha de São Paulo, 19.ago.2023.Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/08/otavio-frias-filho-foi-antena-das-diretas-na-folha.shtml Acesso em 1/12/2023.

REIS, D. A. "A luta armada esqueceu de fazer consulta ao povo". Folha de São Paulo, 2014 a..

RODRIGUES, F. Planalto. Blog do Fernando Rodrigues, 29/06/2015. https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/?cmpid=copiaecola

RIDENTI, M. O golpe de 64, aqui e agora. Folha de São Paulo, 23 /03/2014.p.A3

SAFATLE, V. "A ditadura venceu". 1º/04/2014. Folha de São Paulo. p.A1

Referências bibliográficas:

ANDRADE, D. E. J. Jürgen Habermas, comunicação, espaço público e novas mídias na contemporaneidade. In: Ricon, L. Frankfurt: Pensamento, atualidade, ação. São Paulo, Brasil: Scortecce, 2022.pp. 111-170.

ALBUQUERQUE, A. de, Holzbach, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo, *Comunicação, mídia e consumo*. volume, 5, n.14, 2008. pp.149-170.

BRANDÃO, L. C.; Leite, I. C. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, 2012. p. 299-327.

BRITO, J., Pedreira, R. *A Força dos jornais. Os 30 anos da associação nacional de jornais no processo de democratização brasileiro*. Associação Nacional dos jornais, 2009.

DIAS, André. B. Um Jornal a Serviço de Si: tradições (re)inventadas nos 100 anos da Folha de São Paulo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 19, n. 2., 2022.

DIAS, André. B. O presente da memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de São Paulo*, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2012.

DOSSE, F. Renascimento do acontecimento. São Paulo, ed. Unesp, 2013.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, Maquiavel notas sobre o Estado e a Política*. Civilização Brasileira, 2000.vol.3.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo* Cárcere. 2001. Vol.2

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. RJ, Tempo Brasileiro, 2003.

HERMANN, E, CHOMSKY, N. A manipulação do público. São Paulo, Futura, 2003.

CHOMSKY, Noam. Controle da Mídia. Os espectadores fetos da propaganda. Rio de Janeiro, Graphia, 2003.

KOSELLECK, R. "Representação, evento e estrutura". In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC RJ, 2006.p.145.

KUSHNIR, B. *Cães de Guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Boitempo, 2004.

MACEDO, C. S. *"Tudo sobre a ditadura militar" e, sobretudo, a ditadura militar: memória e esquecimento no jornal Folha de São Paulo*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado,2018.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, C. "A Folha e a Diretas já". *in Um país aberto. Reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo*. PubliFolha.2003.

MARTINS, A. *Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964:midiatização do passado em especiais do jornalismo digital do jornalismo digital*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MARTINS,A.V. Folha de S. Paulo e os 50 anos do golpe de 1964: guerras de memórias no especial multimídia. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. 206-226, dez. 2018/ mar. 2019.

MARTINS, A. V. *Produções digitais nos 50 anos do Golpe de 1964: especiais multimídias em sites jornalísticos brasileiros*. Intercom - RBCC, v. 44, n. 1, p.79-101, 2021.

MORAES, Denis de. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia*: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê Comunicação e Política. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n.1, jan.-jun. 2010. Disponível em: <seer.ufrgs.br/debates/article/download/12420/8298>.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, *10, 1993*. Disponível https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101.

NORA, P. O retorno do fato. História: novos problemas. Francisco Alves, 1995.

PASCHOL, E. A trajetória de Octavio Frias de Oliveira. PubliFolha, 2007.

PIRES, E. M. Imprensa, Ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha (1978/2004) *Projeto História, São Paulo, n.35,2007. p. 305-313.*

REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Zahar, 2014. b

RIBEIRO, Ana Paula G. et al. A serviço da repressão, o grupo folha e violação de direitos humanos na ditadura. Rio de Janeiro, Editoria Mórula, 2024.

RICOUER, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, Unicamp, 2007..

SEQUEIRA, C. M., PROENÇA, J. L.A Informação Comprometida - o noticiário da Folha da Tarde durante a ditadura militar. In: *XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre*. Intercom 2004 - Comunicação, Acontecimento e Memória.

SANGLARD, Fernanda Nalon; CRUZ, Lucia Santa; GAGLIARDI, Juliana. Rememoração e retrotopia: Folha de S. Paulo e O Globo na cobertura dos 55 anos do golpe de 1964. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 360–384, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8666888. Acesso em: 26 mar. 2025.

SINGER, A. Políticas de Antecipação: a Folha na Abertura Democrática. in *Um país aberto. Reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo*. PubliFolha, 2003.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis, Vozes, 2002.

TRAVANCAS, I. *O mundo dos jornalistas*. 4ª ed, São Paulo, Sammus, 2011.

Recebido em Março de 2025
Aprovado em Outubro de 2025